



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 050

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 23 DE JUNHO DE 2003

ANO XXIX

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**NATÁLIO STICA**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i> .....	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Neivo Beraldin</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Chico Noroeste</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Waldir Leite</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ratinho Júnior</i>

## *Representação Partidária*

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes da Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Garcia - Nelson Tureck (em licença) - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Miltinho Pupio; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 03: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Waldir Leite; PSB - 03: Doutor Luciano - Ratinho Júnior - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins

**1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 050ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
23 DE JUNHO DE 2003**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Dobrandino da Silva e Geraldo Cartário.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Hermas Brandão, Natálio Stica, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Ângelo Vanhoni, André Vargas, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Doutor Luciano, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes da Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Mensagem:**

MENSAGEM Nº 021/2003

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei complementar dispondo que a

carreira do magistério estadual, estruturada pelos cargos de professor e de especialista de Educação, passa a contar com cargos de vinte e quarenta horas-aula semanais. Objetiva, ainda, definir critérios para opções de detentores de dois cargos de vinte horas-aula semanais e um cargo de trinta horas-aula, para a carga efetiva de quarenta horas-aula semanais.

O plano de lei complementar em referência consubstancia o resultado de estudos da Secretaria de Estado da Educação, os quais me foram apresentados através do protocolo nº 5.627.551-7, do sistema integrado de documentos.

A Secretaria de Estado da Educação, através do Parecer nº 355/2003, de sua Assessoria Jurídica, demonstrando a legalidade, oportunidade e conveniência da medida, assim como o fato de estar em perfeita consonância com as reais necessidades do ensino público estadual, esclarece:

“A ampliação da carga horária de 20 para 40 horas encontra amparo na Lei Complementar nº 37/86 que regulamentou o Regime Diferenciado de Trabalho - RDT, estruturando a carreira em cargos de 20, 30 e 40 horas semanais, para aqueles que fizessem tal opção.

A referida lei não atendeu a todas as necessidades da Administração, bem como aos interesses do professorado.

A jornada de 40 horas encontra apoio por parte dos educadores que entendem que desta forma o docente compromete-se em período integral com o estabelecimento, facilitando as ações político-pedagógicas e permitindo a articulação do tempo integral para o aluno.

O desenvolvimento de projetos, o estabelecimento de metas a longo prazo é facilitado quando o corpo docente permanece por um período maior de tempo em contato com a comunidade escolar.

Para a Administração é vantajoso, pois diminui gastos com a seguridade social e previdenciária e facilita a distribuição do pessoal habilitado em suas unidades de ensino, diminuindo a rotatividade dos servidores melhorando a qualidade do serviço prestado.

A definição de critérios para a atribuição da carga horária é prerrogativa da Administração que em respeito aos Princípios da Conveniência, Oportunidade e Legalidade oferecerá a ampliação pretendida, que será precedida de uma análise das vagas reais e orçamentárias de acordo com as necessidades da Administração, que não estará de qualquer forma compelida a oferecer a todo e qualquer servidor a oportunidade de fazer a opção.

Os professores devidamente habilitados em concurso para cargos com jornada de 20 horas poderão, mediante a existência de vagas, ampliar sua jornada para 40 horas, assegurados os direitos estatutários e previdenciários.

Deverá ser assegurada aos professores a manutenção da carga horária atual bem como a re-opção em caso de necessidades do professor.

Isto posto, entende esta Assessoria Jurídica que há amparo legal para a pretendida ampliação da carga horária de 20 para 40 horas nos cargos de professor da Rede Pública de Ensino.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Art. 1º - A carreira do Magistério Estadual, estruturada pelos cargos de professor e de especialista em Educação, passa a contar com cargos de 20 (vinte) horas-aula e de 40 (quarenta) horas-aula semanais.

Art. 2º - Aos detentores de 02 (dois) cargos de 20 (vinte) horas-aula semanais, bem como aos optantes por cargo com 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas-aula semanais de que trata a Lei Complementar nº 37, fica assegurado o direito à opção pela unificação dos cargos, que passará a ter carga horária efetiva de 40 (quarenta) horas-aula semanais.

§ 1º - Ao fazer a opção, o professor ou o especialista de educação cuja situação funcional se enquadre neste artigo indicará o cargo que será exonerado, passando todos os efeitos funcionais e financeiros a incidir sobre o cargo de opção que passará a ter carga horária efetiva de 40 (quarenta) horas-aula semanais.

§ 2º - Recaindo a indicação sobre o cargo de maior tempo de serviço, fica assegurada a contagem da diferença de tempo no cargo de opção.

Art. 3º - Aos detentores de 01 (um) cargo de 20 (vinte) horas-aula semanais, fica assegurado o direito à opção pela ampliação da carga horária para 40 (quarenta) horas-aula semanais, desde que haja demanda, passando todos os efeitos funcionais e financeiros a incidir sobre o cargo de 40 (quarenta) horas-aula semanais.

Parágrafo Único - Os docentes, ao passarem à inatividade, terão seus proventos calculados com base no cargo pelo qual fizeram a opção, sendo esses proventos apurados sobre o número de horas que resultar da média da carga horária cumprida nos últimos 120 (cento e vinte) meses imediatamente anteriores ao pedido de aposentadoria.

Art. 4º - A opção de que tratam os artigos 2º e 3º será feita de forma expressa e deverá ser previamente autorizada pela Secretaria de Estado da Educação.

Art. 5º - Para os cargos com carga horária ampliada pela presente lei complementar fica assegurada a hora-atividade em percentual nunca inferior a 20% (vinte por cento) sobre a carga horária efetiva.

Parágrafo Único - Para os efeitos deste artigo fica compreendido o seguinte:

I - hora-aula é o período de tempo em que o integrante do Quadro Próprio do Magistério desempenha atividades com o aluno;

II - hora-atividade é o período em que o integrante do Quadro Próprio do Magistério desempenha atividades relacionadas com a docência, a serem cumpridas no estabelecimento de ensino.

Art. 6º - As vagas abertas para o atendimento da demanda decorrente da ampliação e transformação de cargos por esta lei serão ofertadas nos Núcleos Regionais de Educação, em número e local que a Administração determinar para atender demanda real. Estas vagas serão acessíveis a todos os interessados, mediante inscrição e conforme instruções expedidas pela Secretaria de Estado da Educação, obedecendo-se a seguinte ordem de prioridades:

I - detentor de 2 (dois) cargos de magistério, observando-se dentre estes, a seguinte ordem de prioridade:

a) com ambos os cargos em exercício efetivo no mesmo estabelecimento de ensino em que a vaga for ofertada;

b) com os cargos em exercício efetivo em diferentes estabelecimentos de ensino do mesmo município em que a vaga for ofertada;

c) com os cargos em exercício efetivo em estabelecimentos de ensino de municípios diferentes;

II - detentor de 01 (um) cargo, que esteja ministrando aulas extraordinárias, observando-se dentre estes a seguinte ordem de prioridade:

a) com o cargo e as aulas extraordinárias no mesmo estabelecimento de ensino em que a vaga for ofertada;

b) com o cargo e as aulas extraordinárias em estabelecimentos de ensino diferentes do mesmo município em que a vaga for ofertada;

c) com o cargo e as aulas extraordinárias em estabelecimentos de ensino de municípios diferentes;

III - detentor de 01 (um) cargo de magistério em atividade, observando-se dentre estes a seguinte ordem de prioridade:

a) detentor de somente 1 (um) cargo de Magistério que não se encontre em regime de acumulação ilegal de cargos, aqui considerados os de qualquer outra esfera da Administração Pública, inclusive os detentores de cargos inativos, observando-se o seguinte:

1) em efetivo exercício no estabelecimento de ensino onde a vaga for ofertada;

2) em efetivo exercício em estabelecimento diferente daquele em que a vaga for ofertada, porém do mesmo município;

b) detentor de cargo na rede, em situação não prevista na letra anterior:

1) em efetivo exercício no estabelecimento de ensino onde a vaga for ofertada;

2) em efetivo exercício em estabelecimento diferente daquele em que a vaga for ofertada, porém do mesmo município.

Parágrafo Único - Obedecida a ordem de prioridades estabelecida neste artigo e havendo dois ou mais interessados na mesma escala de prioridade, prevalecerá, para efeito de desempate, o que tenha o maior tempo de efetivo exercício de magistério estadual ou, sucessivamente, o mais idoso.

Art. 7º - Os concursos para provimento de cargos do Cargos Próprio do Magistério, a partir da data da presente lei complementar, serão feitos, preferencialmente, para suprir vagas de cargo efetivo de 40 (quarenta) horas-aula semanais.

Art. 8º - O artigo 62, da Lei Complementar nº 07, de 22 de dezembro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 62 - Haverá uma única tabela de valores e classes, proporcional à carga horária semanal, correspondendo iguais classes de vencimento, independentemente do nível em que atuar o professor ou especialista de Educação.”

Art. 9º - A regulamentação desta lei complementar será feita mediante decreto do chefe do Poder Executivo, o qual definirá os critérios para a sua consecução.

Art. 10 - Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**À Diretoria Legislativa.**

## **Indicação:**

INDICAÇÃO Nº 59/2003

Exmo. Sr. Secretário da Agricultura do Estado do Paraná.

A deputada Luciana Rafagnin dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte.

1 - A criação da Central de Abastecimento do Paraná - Ceasa, na região Sudoeste a ser implantada de acordo à análise da própria Secretaria.

2 - Para o devido funcionamento da Ceasa - Central de Abastecimento do Paraná na região Sudoeste, fica estabelecido que a Secretaria da Agricultura fará levantamento e estabelecerá a competência para organizar e promover toda a estrutura necessária, com a respectiva aquisição de bens e serviços, o Ceasa - Paraná, com sede na Capital do Estado.

Sala das Sessões, em 23.06.2003.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

**JUSTIFICATIVA:**

A presente indicação que sugere a criação da Central de Abastecimento do Paraná - Ceasa - na região Sudoeste do Estado é plenamente justificada por ser a

região extremamente agrícola. E mais, a produção agrícola da região é quase na sua totalidade proveniente da agricultura familiar.

Hoje muitos municípios da região já estão desenvolvendo programas de hortifruticultura e o potencial de expansão é bastante significativo; com solo e clima apropriado a região é um grande centro de produção e consumo, daí a necessidade de disponibilizar uma Central de Abastecimento para Região.

Também é necessário colocarmos que a região faz divisa com a região Oeste de Santa Catarina e com vizinho país da Argentina, podendo estabelecer fortes relações comerciais, interestadual e internacional, e, por isso, deve ser melhor explorado.

Sendo assim, solicito o apoio e a aprovação dos excelentíssimos deputados à presente Indicação.

## **Requerimentos:**

REQUERIMENTO Nº 1311

Senhor Presidente:

Natálio Stica, o deputado que este subscreve, REQUER na forma regimental o uso do Grande Expediente para o ator, Sr. Paulo Betti, que no momento participa da filmagem do filme “Cafundó” em nosso Estado, para a sessão plenária do dia 30 (trinta) de junho deste ano.

Sala das Sessões, em 23.06.2003.

(a) NATÁLIO STICA

**JUSTIFICATIVA:**

O presente requerimento visa fortalecer a idéia de valorização da cultural do nosso Estado em âmbito Nacional.

O filme “Cafundó” contará um pouco da história do nosso Estado, mostrando a vida tropeira e a questão das migrações na região dos Campos Gerais, trazendo um elenco recheado de atores consagrados no meio artístico nacional, como: Paulo Betti e Lázaro Ramos.

No ano em que o Paraná comemora seu sesquicentenário, é necessário se frisar a importância de incentivar iniciativas como esta para termos nossa cultura preservada e principalmente respeitada dentro e além do nosso território, enraizado em nossa sociedade o sentimento de orgulho pelo Paraná, pela nossa cultura e pela nossa história.

REQUERIMENTO Nº 1312

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Destaque na discussão e votação da Emenda nº 2 ao Projeto de Lei nº 209/2003, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício 2004, apresentadas na Comissão de Orçamento, no dia 07 de maio de 2003.

Sala das Sessões, em 23.06.2003.

(a) NATÁLIO STICA

**Apoiamento:**

Ratinho Júnior, Miltinho Pupio, Nelson Garcia, Luiz Carlos Martins, Fernando Ribas Carli, Ade-

mar Traiano Plauto Miró Guimarães, Duílio Genari, Durval Amaral, Jocelito Canto, Élio Rusch, Mauro Moraes, Valdir Rossoni, Luiz Fernandes da Silva Litro, Reni Pereira, Ailton Araújo, Barbosa Neto e Luiz Accorsi.

#### REQUERIMENTO Nº 1302

Senhor Presidente:

Os deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, com base no artigo 107 do Regimento Interno desta Casa de Leis, a Transformação da Sessão Ordinária de amanhã (24.06.2003) em Comissão Geral para votação dos Projetos de Lei nº 336/2003 (Dispõe sobre a encampação da concessão do objeto do Contrato nº 071/97 para exploração do Lote 01 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná), 337/2003 (Dispõe sobre a encampação da concessão do objeto do Contrato nº 072/97 para exploração do Lote 02 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná), 338/2003 (Dispõe sobre a encampação da concessão do objeto do Contrato nº 073/97 para exploração do Lote 03 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná), 339/2003 (Dispõe sobre a encampação da concessão do objeto do Contrato nº 074/97 para exploração do Lote 04 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná), 340/2003 (Dispõe sobre a encampação da concessão do objeto do Contrato nº 075/97 para exploração do Lote 05 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná) e 341/2003 (Dispõe sobre a encampação da concessão do objeto do Contrato nº 076/97 para exploração do Lote 06 do Programa de Concessão de Rodovias no Estado do Paraná).

Sala das Sessões, em 23.06.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoiamento:

Nereu Moura, Marcos Isfer, André Vargas, Nelson Justus, Vanderlei Iensen, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Francisco Bühner, Elton Carlos Welter, Rafael Greca, Luiz Fernandes da Silva Litro, Artagão Júnior, Cida Borghetti, Carlos Simões, Ademir Bier, Antonio Anibelli, Delegado Bradock, José Maria Ferreira, Augustinho Zucchi, Chico Noroeste e Pastor Edson Praczyk.

#### REQUERIMENTO Nº 1274

Senhor Presidente:

O deputado Luiz Accorsi, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais REQUER, após aprovação do douto Plenário, a inserção em Ata dos trabalhos desta Casa de Leis, voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor José Maria, ocorrido em 15 de junho de 2003.

Sala das Sessões, em 23.06.2003.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

A comunidade do município de Porto Rico e todos os que tiveram a ventura de participar do convívio do

senhor José Maria, estão enlutados e pesarosos em virtude do seu falecimento.

O senhor José Maria era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, todos entristecidos com o seu passamento.

A homenagem póstuma representada por este voto de pesar é o tributo de reconhecimento do Poder Legislativo paranaense à memória do senhor José Maria.

Que, da decisão se dê ciência a família com o envio de cópia do presente requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 1276

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos deste, Poder Legislativo, voto de pesar pelo falecimento do senhor João Leomar S. Zuk, irmão do ex-deputado estadual Luiz Carlos Zuk, ocorrido no dia 20 de junho passado.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada: Rua Penteado de Almeida, 433 - Apartamento 10, CEP 84010-240, Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 23.06.2003.

(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 1290

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa após ouvido o douto Plenário, seja consignado nos anais desta Casa, voto de congratulações ao município de São João pela passagem de mais um aniversário de sua emancipação político-administrativa, comemorado no dia 25 de julho próximo.

Requer ainda que, da decisão da Mesa, sejam comunicados os senhores prefeito, vice-prefeito e vereadores daquele município, na Prefeitura Municipal, São João-PR, CEP 85570-000.

Sala das Sessões, em 23.06.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Pela independência e autonomia conquistadas e mantidas com o empenho e a diligência do povo de São João, é mister e satisfação propor esta homenagem, para a qual rogamos a aprovação dos nobres pares desta augusta Casa.

#### REQUERIMENTO Nº 1291

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa após ouvido o douto Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, voto de congratulações ao município de Catanduvas pela passagem de mais um aniversário de sua emanci-

pação político-administrativa, comemorado no dia 25 de julho próximo.

Requer ainda que, da decisão da Mesa, sejam comunicados os senhores prefeito, vice-prefeito e vereadores daquele município, na Prefeitura Municipal, Catanduvas-PR, CEP 85470-000.

Sala das Sessões, em 23.06.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Pela independência e autonomia conquistadas e mantidas com o empenho e a diligência do povo de Catanduvas, é mister e satisfação propor esta homenagem, para a qual rogamos a aprovação dos nobres pares desta augusta Casa.

#### REQUERIMENTO Nº 1292

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa após ouvido o douto Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, voto de congratulações ao município de Diamante do Sul pela passagem de mais um aniversário de sua emancipação político-administrativa, comemorado no dia 12 de julho próximo.

Requer ainda que, da decisão da Mesa, sejam comunicados os senhores prefeito, vice-prefeito e vereadores daquele município, na Prefeitura Municipal, Diamante do Sul-PR, CEP 85404-000.

Sala das Sessões, em 23.06.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Pela independência e autonomia conquistadas e mantidas com o empenho e a diligência do povo de Diamante do Sul, é mister e satisfação propor esta homenagem, para a qual rogamos a aprovação dos nobres pares desta augusta Casa.

#### REQUERIMENTO Nº 1293

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, à Mesa após ouvido o douto Plenário, seja consignado nos Anais desta Casa, voto de congratulações ao município de Iracema do Oeste pela passagem de mais um aniversário de sua emancipação político-administrativa, comemorado no dia 04 de julho próximo.

Requer ainda que, da decisão da Mesa, sejam comunicados os senhores prefeito, vice-prefeito e vereadores daquele município, na Prefeitura Municipal, Iracema do Oeste-PR, CEP 85833-000.

Sala das Sessões, em 23.06.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Pela independência e autonomia conquistadas e mantidas com o empenho e a diligência do povo de Iracema do Oeste, é mister e satisfação propor esta homenagem,

para a qual rogamos a aprovação dos nobres pares desta augusta Casa.

#### REQUERIMENTO Nº 1295

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que sejam registrados votos de congratulações à SEB - Sociedade Evangélica Beneficente de Curitiba, pelo 60º aniversário, ela que é a mantenedora do Hospital Evangélico e Faculdade Evangélica do Paraná.

Sala das Sessões, em 23.06.2003.

(a) AILTON ARAÚJO

#### REQUERIMENTO Nº 1299

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário a consignação na Ata dos trabalhos de hoje, de votos de congratulações e apoio à União dos Vereadores de Câmaras Municipais do Paraná - Uvepar, pela realização do XII Congresso Paranaense de Câmaras Municipais.

O evento realizar-se-á nos dias 26 a 28 de junho na cidade de Campo Mourão. Na ocasião serão discutidos temas referentes à reforma previdenciária e tributária.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Sr. Edson Primon, presidente da Uvepar, no seguinte endereço: Rua Pres. Carlos Cavalcanti, 742, São Francisco-Curitiba-PR, CEP: 80510-040.

Sala das Sessões, em 23.06.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

#### REQUERIMENTO Nº 1300

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja consignado nas Atas dos trabalhos da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao município de Umuarama, pela passagem de seus 48 anos de emancipação política, no próximo dia 26 de junho.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Sr. Antonio Fernando Scanavaca, prefeito municipal, no seguinte endereço: Av. Rio Branco, 3717, Umuarama/PR, CEP: 87501-130.

Sala das Sessões, em 23.06.2003.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A ocupação e colonização do atual município de Umuarama deu-se a partir de 26 de junho de 1955, data de sua fundação, e foi realizado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Nesta ocasião, foi realizada a primeira missa na localidade, pelo frei Estevão de Maria. Sob a supervisão de Hermann Moraes, negociou-se a compra da Gleba Umuarama, com aproximadamente 40

mil alqueires de terra, pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

Coube a Rubens Mendes Mesquita a tarefa de abrir e administrar a nova frente de colonização no projeto Cidade de Umuarama. O Plano Diretor de Umuarama foi realizado pelo engenheiro Wladimir Babkov, sob supervisão do engenheiro Manoel Mendes Mesquita.

Concluídos os trabalhos demarcatórios, começou o vitorioso processo de vendas de lotes urbanos e rurais, sempre bem servidos de ribeirões e riachos nos fundos e boas estradas nas cabeceiras. Em pouco tempo, surgiu o efetivo povoamento de Umuarama, com inúmeras famílias se estabelecendo na cidade.

O patrimônio de Umuarama foi elevado à categoria de município emancipado, com território desmembrado de Cruzeiro do Oeste pela Lei nº 4.245, de 25 de julho de 1960. A instalação oficial do município deu-se em 15 de novembro de 1961.

#### REQUERIMENTO Nº 1301

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja enviado ao município de Rolândia, voto de congratulações pelo seu 60º aniversário, a ser comemorado no dia 29 de junho, e que, do presente, se dê ciência ao prefeito Eurides Moura e ao presidente da Câmara Municipal, Sr. Narciso Fernandes Bolças Júnior, através de correspondência.

Sala das Sessões, em 23.06.2003.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 1303

Senhor Presidente:

O deputado estadual que firma o presente expediente, vem REQUERER regimentalmente ao Plenário desta Casa Legislativa a aprovação para que sejam consignadas na Ata da Sessão de hoje, as congratulações às autoridades e à população local de Entre Rios do Oeste pelo transcurso do 10º aniversário de emancipação, cuja comemoração festiva aconteceu na data de ontem.

A passagem dessa primeira década de existência, considerando-se a mudança social, a transformação do perfil econômico e o pujante crescimento que se afigura no presente, as perspectivas de sua continuidade e o exemplar empenho de suas autoridades constituídas objetivando o progresso permanente, atestam o quanto foi acertada a proposta da criação daquele município.

Na condição de representante do povo entre-riense neste Parlamento, quero uma vez mais parabenizá-lo por esse significativo aniversário, nas pessoas do Exmo. prefeito municipal, Sr. Elpídio Holzbach, e do Exmo. presidente da Câmara Municipal, vereador Paulo Vogt, assim como os vice-prefeito, vereadores, secretários municipais e demais funcionários.

Do aprovado, requer também que seja dada ciência, ao senhor prefeito municipal e ao senhor presidente

da Câmara Municipal, já nominados neste requerimento, através de correspondências a serem encaminhadas, à Rua Paim, 891 e Avenida Amazonas, 790 - CEP: 85.988-000 - Entre Rios do Oeste - Paraná, respectivamente.

Sala das Sessões, em 23.06.2003.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 1313

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de congratulações ao senhor desembargador federal Vladimir Passos de Freitas, cujos méritos profissionais e pessoais o credenciaram para que fosse eleito para assumir a elevada função de presidente do Tribunal Regional Federal da IV Região.

Requeremos, também que a decisão do presente seja comunicada ao senhor desembargador federal, Vladimir Passos de Freitas.

Sala das Sessões, em 23.06.2003.

(a) NELSON JUSTUS

#### REQUERIMENTO Nº 1278

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de louvor ao Sr. Juraci Bernardino Alves, andaraense conhecido como "Meloço".

A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados à comunidade, há mais de 20 anos envolvido com as atividades esportivas da cidade, formando pelo menos umas três gerações de atletas através de escolinhas de futebol.

Requer ainda, que seja dada ciência ao homenageado, da decisão desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 23.06.2003.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 1294

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado uma moção de aplausos à Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, pela passagem dos 26 anos de aniversário da Agência do Trabalhador de Curitiba, no dia 25 de junho do corrente ano.

Requer ainda que seja dada ciência ao Exmo. Sr. Secretário Padre Roque Zimmermann e ao senhor Manoel Pacífico da Costa, gerente da Agência do Trabalhador e funcionários.

Sala das Sessões, em 23.06.2003.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Em 03 de novembro de 1976, por força do Decreto nº 2.459, no governo Jaime Canet Júnior, nascia no

Estado o Programa Paranaense de Emprego, o Propae. Ajustava-se assim, o Estado às diretrizes do Sistema Público de Emprego - Sine - criado em 1975, por pressão da Organização Internacional do Trabalho. O Propae vinculado à Secretaria de Estado da Indústria e Comércio - SEIC, tinha como objetivo principal organizar um sistema de informações e pesquisas sobre o mercado de trabalho, capaz de subsidiar a operacionalização da política de emprego a nível local e regional, dentro do estabelecido pelo Ministério do Trabalho.

Desta forma, o Sine-PR, organizou-se e definiu o cronograma de implantação das primeiras agências públicas de empregos, incluindo na sua primeira etapa Curitiba, Ponta Grossa, Foz do Iguaçu, Maringá, Londrina e Paranaguá.

Segundo reportagem do Diário Popular de 1º de maio de 1977, o Sine-PR, iniciou o levantamento do índice de emprego na Região Metropolitana de Curitiba pesquisando as 500 maiores empresas. Contando com uma equipe de universitários, foi possível verificar o contingente da força de trabalho existente na Região de Curitiba, incluindo admissões e demissões feitas no período de janeiro a abril de 1977. Segundo o advogado e escritor Laércio de Souto Maior, esta foi a primeira pesquisa de emprego formal realizada no Estado.

O Coordenador Estadual do Sine-PR, Carlos Alberto dos Reis Guimarães nomeia o primeiro gerente, Narbal Orestes May. Após o treinamento da equipe dos primeiros servidores, na data de vinte e sete de junho de 1977, nasceu na Rua Dr. Pedrosa, nº 44, Centro, a primeira Agência do Sine no Paraná.

Em parceria com a Coordenadoria de Estudos, Pesquisas e Relações de Trabalho a Agência, publica o seu 1º caderno sobre o perfil de 202.280 trabalhadores cadastrados em 2002, junto com dados do último Censo IBGE e Iparde, além de diversas tabelas do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados e da Relação Anual de Informações Sociais, relacionadas com o mercado de trabalho formal e informal de Curitiba.

A Agência do Trabalhador, mesmo nos momentos mais recessivos como no período Collor - 1990 a 1992, teve o apoio do empresariado paranaense. No início da década de 1990, quando o quadro de pessoal teve que ser absorvido pelo Governo do Estado e sua infra-estrutura física ficou em estado bastante precária, o Sine, de modo geral, virou séria preocupação no Fórum da parceira da Associação Comercial do Paraná. Nesses 26 anos, aproximadamente 210.000 trabalhadores foram colocados no mercado formal de trabalho.

Com o objetivo de atender às expectativas da comunidade, atualmente vem sendo utilizado formulário disponibilizado aos trabalhadores, empresários e demais usuários dos serviços da agência. Trata-se de importante ferramenta de natureza corretiva e preventiva para garantia da qualidade dos serviços e avaliação do grau de satisfação de quantos procuram atendimento na Agência.

A exemplo da Agência do Trabalhador de São José dos Pinhais, também a de Curitiba está efetivando neste mês de junho, sua parceria com a Universidade Federal do Paraná, tendo em vista a preparação de candidatos, utilizando estagiários do Curso de Psicologia da UFPR, supervisionados pela professora Yara Bulgacov. Já a parceria acontecerá através de cursos ministrados por acadêmicos de Administração, Ciências Econômicas, Contábeis e Direito, fruto da iniciativa da professora Solange Barbosa, coordenadora da Casa do Empreendedor e diretora adjunta do curso de Administração.

Empresas como New Holand, Bosch, Parmalat, Super Muffato, Condor, Gráfica e Editora Posigraf, Auto Viação Curitiba, Cidade Sorriso, Rosch, Distribuidora de Medicamentos Santa Cruz, Transteiner Serviços de Limpeza e tantas outras, vêm oferecendo vagas. A agência, neste sentido, está intensificando sua campanha de Cadastro de Candidatos junto às entidades, escolas, igrejas, conselhos e órgãos estaduais e municipais para o pleno atendimento das solicitações das empresas e dos requisitos exigidos para o cargo ou atividade.

De um universo de 202.280 trabalhadores que procuraram emprego na agência do trabalhador de Curitiba, 14,55% deles tinham o 1º grau completo. Deste quadro ainda faz parte um grupo de candidatos que constitui 21,95% do geral que apenas iniciou ou não concluiu o 1º grau. Estes segmentos constituem clientela potencial das entidades profissionalizantes. Conversa neste sentido vêm sendo realizadas entre a gerência, o Senai, Senac e Universidades, atendendo determinação da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social em estreitar essas parcerias para assegurar aos trabalhadores melhores condições de qualificação profissional, pré-requisito, muitas vezes de seu ingresso no mercado de trabalho.

Em 26 anos de árduo trabalho, de 540.000 vagas de emprego conseguidas junto a diversas empresas, após a passagem de milhares de pessoas encaminhadas para seleção, aproximadamente 50% foram empregadas pelo Sine, em Curitiba. O período entre 1995 a maio de 2003, o atendimento a requerimentos de seguro-desemprego, habilitou cerca de 455 mil trabalhadores. Muitos outros serviços de encaminhamento de candidatos a cursos, ou financiamentos a pequenos empreendedores se materializaram junto ao Banco Social.

A atual estrutura da agência central e mais oito postos de atendimento conta com funcionários prestadores de serviços terceirizados, contratados através do Governo do Estado, completamente informatizada, responsável pelo atendimento anual de mais de 200.000 trabalhadores.

#### REQUERIMENTO Nº 1297

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Exmo. Sr. José Maria



de Paula Correia, interventor estadual do município de Matinhos, parabenizando aquela comunidade pela comemoração do 36º aniversário de emancipação política do município.

Matinhos recebeu influência sócio-cultural dos povoadores de Paranavaí e posteriormente dos de Guaratuba, por se tratar de ponto intermediário entre os dois municípios. Com o tempo foi firmado como povoado, tendo vida própria e participando da vida política regional.

Pela Lei 613, de 27 de janeiro de 1951, Matinhos foi elevado à condição de Distrito Administrativo, ligado diretamente a Paranaguá, de quem se desmembrou a 12 de junho de 1967, pela Lei Estadual 5 sancionada pelo governador Paulo Pimentel, ganhando a condição de município emancipado.

A denominação “Matinhos” provém da abundância de vegetação rasteira, típica da planície litorânea do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 23.06.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 1298

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Exmo. Sr. Antonio Fernando Scanavaca, prefeito do município de Umuarama, bem como ao Exmo. Sr. Inácio Pereira Pinto, presidente da Câmara Municipal, parabenizando aquelas autoridades pelas comemorações, no dia 26 de junho, dos 48 anos de fundação do município de Umuarama.

A ocupação e colonização do atual município de Umuarama deu-se a partir de 26 de junho de 1955, data de sua fundação, e foi realizada pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.

Pela Lei nº 4.245 de 25 de julho de 1960, criada pela Assembléia Legislativa e sancionada pelo governador Moysés Lupion, o Patrimônio de Umuarama foi elevado à categoria de município emancipado, com território desmembrado do município de Cruzeiro do Oeste. A instalação oficial deu-se em 15 de novembro de 1961. O primeiro prefeito municipal eleito foi o senhor Hênio Romagnolli.

Os umuaramenses comemoram o desenvolvimento da região graças ao povo trabalhador que ali reside, orgulhando o Paraná com essa pujança.

Sala das Sessões, em 23.06.2003.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 1277

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve, pede à egrégia Assembléia que aprove requerimento na sessão de hoje, 23 de junho de 2003, a ser entregue ao senhor embaixador da Itália no Brasil, Vincenzo Petrone, no sentido de que, em nome do atual

desenvolvimento agroindustrial, comercial, industrial, turístico, tecnológico, cibernético, energético e cultural dos dois estados do Sul e do volume de negócios e investimentos ítalo-brasileiros registrados, em 16 anos de atividades - e também do potencial regional - possa proceder às ações necessárias para, por estratégia e justiça, separar a Câmara de Comércio Ítalo-Brasileira Paraná-Santa Catarina, da Câmara de Comércio Ítalo-Brasileira de São Paulo.

Sala das Sessões, em 23.06.2003.

(a) RAFAEL GRECA

Apoioamento:

Augustinho Zucchi, Hermes Fonseca, Natálio Stica, Elton Carlos Welter, Dobrandino da Silva, Delegado Bradock, Nereu Moura, André Vargas, Duílio Genari, Antonio Anibelli, Ademir Bier, Marcos Isfer, Cida Borghetti, Nelson Justus e Carlos Simões.

JUSTIFICATIVA:

Já é tempo de separarmos a Câmara Ítalo-Brasileira de Comércio e Indústria Paraná-Santa Catarina, há 16 anos sediada em Curitiba, da sua matriz, sediada na capital de São Paulo, em atividade no Brasil há 100 anos. Afinal, há 150 anos o Paraná já é independente de São Paulo, e já vem acolhendo os italianos, suas empresas, seus negócios, sua admirável cultura e seus sonhos de “fazer América”.

O fato marcaria, indelevelmente, as comemorações, neste 2003, dos 150 anos da emancipação política do Estado do Paraná de São Paulo. Além de permitir maior dinamismo, fluidez, desburocratização e modernidade às relações comerciais dos dois pujantes e industrializados estados do sul com a Itália.

As economias do Paraná e Santa Catarina, hoje, já não só agroindustriais, têm muito a oferecer à Itália e à comunidade européia, sem intermediários. A atual diretoria da Câmara de Comércio Ítalo-Brasileira Paraná-Santa Catarina está perfeitamente habilitada para desempenhar suas funções independentes, sob a segura liderança do empresário Carlos Rodolfo Sandrini que, em Curitiba, dirige o conglomerado Centro-Europeu.

#### REQUERIMENTO Nº 1282

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Luiz Cláudio Romanelli, diretor-presidente da Cohapar, solicitando a construção de 150 (cento e cinquenta) casas populares no município de Rondon.

A proposta fundamenta-se na necessidade de oferecer moradias às famílias de Rondon, principalmente àquelas de baixa renda familiar, muitas das quais são bóias frias que sobrevivem graças ao plantio de cana de açúcar.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao senhor José Augusto Mossambani, prefeito municipal e

ao vereador Osvaldo Trevisan, presidente da Câmara Municipal (Praça Marechal Rondon - 337 - CEP 87800-000).

Sala das Sessões, em 27.06.2003.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1283

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Luiz Cláudio Romanelli, diretor-presidente da Cohapar, solicitando a construção de 150 (cento e cinquenta) casas populares no município de Cruzeiro do Oeste.

A proposta fundamenta-se na necessidade de oferecer moradias às famílias de Cruzeiro do Oeste, principalmente àquelas de baixa renda familiar, muitas das quais são bóias frias que sobrevivem graças ao plantio de cana de açúcar.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao senhor Yukio Tominaga, prefeito municipal e ao vereador Percival Pretti, presidente da Câmara Municipal (Rua J.E. Resende, 686 - CEP 87400-000).

Sala das Sessões, em 27.06.2003.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1284

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Luiz Cláudio Romanelli, diretor-presidente da Cohapar, solicitando a construção de 70 (setenta) casas populares no município de Tapira.

A proposta fundamenta-se na necessidade de oferecer moradias às famílias de Tapira, principalmente àquelas de baixa renda familiar, muitas das quais são bóias frias que sobrevivem graças ao plantio de cana de açúcar.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao senhor Wilson Lucena, prefeito municipal e ao vereador Ademar Epifânio de Souza, presidente da Câmara Municipal (Rua Paranaguá, s/n) - CEP 87830-000).

Sala das Sessões, em 27.06.2003.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1285

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Luiz Cláudio Romanelli, diretor-presidente da Cohapar, solicitando a construção de 70 (setenta) casas populares no município de Vila Alta.

A proposta fundamenta-se na necessidade de oferecer moradias às famílias de Vila Alta, principalmente àquelas de baixa renda familiar, muitas das quais são

bóias frias que sobrevivem graças ao plantio de cana de açúcar.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao senhor Marcos de Paula Faria, prefeito municipal e ao vereador Santo Martins de Melo, presidente da Câmara Municipal (Av. P.A. Santos, 1159 - CEP 87528-000).

Sala das Sessões, em 27.06.2003.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1286

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Luiz Cláudio Romanelli, diretor-presidente da Cohapar, solicitando a construção de 70 (setenta) casas populares no município de Cafezal do Sul.

A proposta fundamenta-se na necessidade de oferecer moradias às famílias de Cafezal do Sul, principalmente àquelas de baixa renda familiar, muitas das quais são bóias frias que sobrevivem graças ao plantio de cana de açúcar.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao senhor José Mario Morin, prefeito municipal e ao vereador Carlos Roberto Evangelista, presidente da Câmara Municipal (Av. Ítalo Orceli, 796 - CEP 87567-000).

Sala das Sessões, em 27.06.2003.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1287

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao senhor Luiz Cláudio Romanelli, diretor-presidente da Cohapar, solicitando a construção de 70 (setenta) casas populares no município de Xambrê.

A proposta fundamenta-se na necessidade de oferecer moradias às famílias de Xambrê, principalmente àquelas de baixa renda familiar, muitas das quais são bóias frias que sobrevivem graças ao plantio de cana de açúcar.

Do aprovado, requer ainda seja comunicado ao senhor Milton Adriano de Oliveira, prefeito municipal e ao vereador Trajano José da Silva, presidente da Câmara Municipal (Praça DeSEMBARGADOR Antonio Ferreira da Costa, 236 - CEP 87535-000).

Sala das Sessões, em 27.06.2003.

(a) NELSON GARCIA

#### REQUERIMENTO Nº 1306

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à superintendência do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, sugerindo a abertura de novo posto de atendimento no município de

Nova Esperança, em virtude da existência de relevante demanda dos serviços prestados.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente à Rua João Negrão, 11, 5º andar CEP 80010-200 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 23.06.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

#### REQUERIMENTO Nº 1306

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à superintendência do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, sugerindo a abertura de novo posto de atendimento no município de Paiçandu, em virtude da existência de relevante demanda dos serviços prestados.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente à Rua João Negrão, 11, 5º andar CEP 80010-200 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 23.06.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

#### REQUERIMENTO Nº 1308

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à superintendência do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, sugerindo a abertura de novo posto de atendimento no município de Sarandi, em virtude da existência de relevante demanda dos serviços prestados.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente à Rua João Negrão, 11, 5º andar CEP 80010-200 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 23.06.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

#### REQUERIMENTO Nº 1309

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à superintendência do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, sugerindo a abertura de novo posto de atendimento no município de Porecatu, em virtude da existência de relevante demanda dos serviços prestados.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente à Rua João Negrão, 11, 5º andar CEP 80010-200 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 23.06.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

#### REQUERIMENTO Nº 1310

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, o envio de expediente à superintendência do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, sugerindo a abertura de novo posto de atendimento no município de Ubatã, em virtude da existência de relevante demanda dos serviços prestados.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente à Rua João Negrão, 11, 5º andar CEP 80010-200 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 23.06.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

#### REQUERIMENTO Nº 13146

Senhor Presidente:

O deputado que se subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à superintendência do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, sugerindo a abertura de novo posto de atendimento no município de Altônia, em virtude da existência de relevante demanda dos serviços prestados.

Requer outrossim, que após a decisão do Plenário, seja enviado expediente à Rua João Negrão, 11, 5º andar CEP 80010-200 - Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 23.06.2003.

(a) ANDRÉ VARGAS

#### REQUERIMENTO Nº 1296

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de correspondência ao DER - Departamento de Estradas e Rodagem do Estado do Paraná, solicitando a construção de um trevo na Rodovia Costa-Oeste, localidade de Urussanga, município de São Miguel do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 23.06.2003.

(a) RENI PEREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento funda-se em reiterados pleitos dos munícipes da cidade de São Miguel do Iguaçu que se utilizam da chamada Rodovia Costa-Oeste, já que nos trecho da mencionada rodovia, situado na localidade chamada Urussanga, que por sua vez liga as comunidades Santa Rosa do Ocoi, Santa Cruz do Ocoi e São José do Ocoi, há um grande risco da ocorrência de graves acidentes, face o fluxo cada vez maior de veículos que trafegam naquele trecho, colocando em perigo todos os usuários.

#### REQUERIMENTO Nº 1316

Senhor Presidente:

O deputado estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. senhor governador do Estado do Paraná, solicitando as seguintes informações a respeito de convênio e funcionamento do Hospital do Trabalha-

dor, em especial o convênio firmado com a Funpar - Fundação da Universidade Federal do Paraná para o Desenvolvimento da Ciência, da Tecnologia e da Cultura:

01 - Há convênio entre a Funpar, UFPR e Hospital do Trabalhador?

02 - Em caso afirmativo no item 01, respondam-se aos itens a seguir.

03 - Qual o objetivo do convênio?

04 - Nos últimos anos foram realizados estudos e avaliação sobre investimentos e resultados obtidos? Em caso afirmativo juntar cópias dos relatórios e planilhas.

05 - Total das receitas do Hospital do Trabalhador, nos últimos três anos. Especificar, ano a ano, as receitas para cada uma das seguintes fontes:

- a) Estado;
- b) Município;
- c) União;
- d) Universidade Federal do Paraná;
- e) Serviços prestados pelo SUS;
- f) Doações;
- g) Outras fontes.

06 - A destinação dos recursos repassados ao HT bem como os resultados obtidos são periodicamente avaliados pelo Conselho Local de Saúde e Conselho Deliberativo do HT? De que forma? Juntar cópia da Ata da última reunião que analisou os convênios.

07 - Quais as atribuições e prerrogativas do Conselho Local de Saúde, Conselho Diretor e Conselho Deliberativo?

08 - Por que o Estado não gerencia e executa os serviços do HT com profissionais do quadro próprio de pessoal do Estado?

09 - Qual foi o último concurso para profissionais de saúde do Estado? Especificar ano do concurso e número de profissionais contratados.

10 - Quais os instrumentos utilizados pelo Estado do Paraná para avaliar periodicamente o desenvolvimento do convênio entre Funpar - UFPR - HT, no que concerne às receitas, despesas e resultados?

11 - O Estado do Paraná renovará o convênio com a Funpar para gerenciamento e execução dos serviços do HT?

12 - Há outros convênios entre o Estado do Paraná e a Funpar?

13 - A Funpar está autorizada a terceirizar serviços desenvolvidos no Hospital do Trabalhador? Quais? A terceirização tem amparo nas normas do Ministério de Saúde e Conselho Nacional de Saúde?

14 - A decisão pela renovação ou não do convênio será ou já foi submetida ao Conselho Local de Saúde assim como ao Conselho Deliberativo do Hospital? Quando?

Sala das Sessões, em 23.06.2003.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90 inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

## Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 358/2003

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Patologia, com sede e foro no município de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.06.2003.

(a) ELZA CORREIA

JUSTIFICATIVA:

A Associação Paranaense de Patologia (APP), com sede e foro no município de Curitiba, tem por finalidade promover entre os associados do Estado o intercâmbio de informações técnicas e experiências profissionais ligadas à Patologia. Participar de programas que visem a melhoria do padrão técnico-científico, elaborando plano para controle de qualidade.

A entidade tem como propósito levar às mulheres mais carentes de nosso Estado a oportunidade de lutarem contra o câncer ginecológico.

PROJETO DE LEI Nº 360/2003

A Assembleia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Os profissionais que atuam nos estabelecimentos do sistema de saúde estadual e nos estabelecimentos por este credenciados ficam obrigados a prescrever na receita médica como forma opcional ao paciente, o medicamento genérico correspondente ao remédio de marca comercial.

§ 1º - Somente poderão ser receitados como opcionais os medicamentos genéricos que estiverem em conformidade com a Legislação Federal e demais regulamentos atinentes à matéria.

§ 2º - O não atendimento ao disposto ao *caput* deste artigo, sujeitará o profissional à responsabilidade funcional, a ser apurada pela autoridade competente.

Art. 2º - Caberá ao Poder Executivo Estadual no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação, a regulamentação da presente lei.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.06.2003.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

Esta proposição objetiva estabelecer que os profissionais que atuam nos estabelecimentos do sistema de

saúde estadual e nos estabelecimentos por este credenciados, prescrevam obrigatoriamente na receita médica, como forma opcional ao paciente, o medicamento genérico correspondente ao remédio de marca comercial, tendo em vista que se trata de medida de relevante interesse público.

Ainda, é importante destacar que quaisquer ações que visem implantar e incentivar medidas com o objetivo de melhorar o atendimento à saúde da população mais carente, humanizam e dignificam as relações entre governantes e governados.

Com essas razões, espera-se o consenso dos demais ilustres membros do Plenário desta Casa de Leis.

#### PROJETO DE LEI Nº 361/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarado de Utilidade Pública o Clube de Mães do Conjunto Habitacional Vivi Xavier, com sede e foro no município de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.06.2003.

(a) ELZA CORREIA

#### JUSTIFICATIVA:

O Clube de Mães do Conjunto Habitacional, com sede e foro no município de Londrina, tem por finalidade a assistência social e promoção humana junto aos menores e maiores carentes abandonados e desajustados, de ambos os sexos, sem qualquer distinção de raça ou cor, condição social, crenças religiosas ou política, educando e orientando-os com fim específico de integrá-los à comunidade.

#### PROJETO DE LEI Nº 362/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - O Estado do Paraná destinará nunca menos do que 1% (um por cento) dos recursos gerados pela cobrança de impostos sobre bebidas alcoólicas e cigarros ao Fundo Estadual de Prevenção ao Abuso de Drogas - Funpred.

Parágrafo Único - Os recursos referidos no *caput* deste artigo serão geridos pelo Conselho Estadual de Entorpecentes - Conen.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei em prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.06.2003.

(a) DOUTOR LUCIANO

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei resgata o teor de uma proposição apresentada à Assembléia Legislativa do Paraná

em 1998, pelo então deputado Beto Richa, e que foi arquivada em consonância com o artigo 250 do Regimento desta Casa. A mesma, acrescenta consistência à Lei nº 12348, de 06 de novembro de 1998, de autoria do mesmo deputado, definindo recursos para o Fundo Estadual de Prevenção ao Abuso de Drogas - Funpred, por ela criado.

Visa dar condições de efetivação das ações planejadas pelo Estado através de seus órgãos próprios, no âmbito da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, mais especificamente do Conselho Estadual de Entorpecentes - Conen-PR, no que diz respeito à gravíssima questão dos entorpecentes, principalmente, na prevenção do uso e abuso de drogas.

É dispensável argumentar a respeito da gravidade do problema das drogas em nossa sociedade moderna. É inquestionável a necessidade de tratar deste mal com políticas articuladas no âmbito de toda a nação e que se estendam também às áreas de repressão, fiscalização e tratamento da dependência.

No entanto, deste conjunto de ações, deve-se destacar aquelas voltadas à prevenção, que encontram na discussão aberta do problema com amplos segmentos da sociedade e, sobretudo, com a juventude em geral, a sua força. A informação, a formação de agentes multiplicadores da mesma no seio da sociedade, os programas de conscientização ampla dos estudantes de todas as faixas, o engajamento da sociedade neste processo de conscientização, através de associações, entidades de classe e comunitárias, em todos os segmentos sociais, no campo e na cidade, é a única condição capaz de dar eficácia a uma estratégia preventiva na área.

Para que se torne possível planejar tal estratégia, a fim de garantir sua continuidade e seus resultados, que precisam de tempo e perseverança para se manifestarem, é necessário que existam garantias da previsibilidade de recursos, que neste caso não podem faltar, mesmo nas ocasiões mais críticas. A continuidade das ações nesta área, aliás, é a prática mais eficiente do ponto de vista dos gastos governamentais, porque além da prevenção do sofrimento e da destruição de famílias, é também a mais produtiva face aos custos que representam as tentativas, na maioria das vezes frustrantes, de recuperação de drogados.

São essas as razões que me levam à certeza de que esta iniciativa receberá toda a indispensável acolhida por parte dos membros desta Casa, em contribuição ao enfrentamento desta dramática situação de saúde de nossa sociedade

#### PROJETO DE LEI Nº 363/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 8294, de 07 de maio de 1986, que declarou de Utilidade Pública a

Associação Cristianismo Decidido de Assistência Social, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Cristã de Assistência Social, com sede e foro nesta Capital.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 23.06.2003.

(a) CARLOS SIMÕES

#### JUSTIFICATIVA

Estamos apresentando o presente projeto com o objetivo de alterar a redação da Lei nº 8294, de 07 de maio de 1986, que declarou de Utilidade Pública a Associação Cristianismo Decidido de Assistência Social, que através de decisão de sua Assembléia Geral, passou a denominar-se Associação Cristã de Assistência Social.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do projeto de lei em tela.

#### PROJETO DE LEI Nº 364/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Agricultores Familiares, com sede e foro no município de Guaraniaçu - PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.06.2003.

(a) NEREU MOURA

#### PROJETO DE LEI Nº 365/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterada, para Alto Paraíso, a denominação do município Vila Alta, criado pela Lei nº 9242, de 09 de maio de 1990, com confrontações definidas pela Lei nº 13.194, de 25 de junho de 2001.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.06.2003.

(a) PEDRO IVO ILKIV

#### JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei que tem por objetivo alterar a denominação do município Vila Alta, criado pela Lei nº 9242, de 09 de maio de 1990.

No dia 27 de outubro de 2002, foi realizado plebiscito, autorizado pela Lei Municipal nº 022/2001 que foi alterada pela Lei Municipal nº 43/2002, para a consulta da população do município sobre conveniência da mudança de sua denominação. Vale salientar que a con-

sulta foi feita aproveitando as mesmas urnas instaladas para a eleição do governador do Estado e do presidente da República.

Realizada a escrutinação constatou-se que 58,9% dos eleitores votaram pela alteração do nomes do município e 41,1 votaram contrariamente, considerando-se os votos válidos.

Diante do resultado, que expressou a vontade do eleitorado do município de Vila Alta, através de processo democrático e transparente do plebiscito e cumprindo todas as exigências legais, realizou-se em 28 de março de 2003, reunião da comunidade no salão paroquial, sob a presidência do prefeito Marcos para a escolha do novo nome do município. Após várias votações foi escolhido o nome “Alto Paraíso”.

Sendo assim, espero contar com o apoio para a aprovação do presente plano de lei, que representa a vontade da comunidade do progressista município que passará, com os votos dos nobres pares, a denominar-se Alto Paraíso.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

No Pequeno Expediente, deputado Neivo Beraldin, que já incorporará também nesse seu horário de Pequeno Expediente, o Horário de Liderança do PDT, por 10 minutos.

#### O SR. NEIVO BERALDIN

Senhor presidente e senhores deputados:

Na IstoÉ Dinheiro, a revista IstoÉ, exclusivo o mapa da lavagem do dinheiro do Banestado. Os documentos da CPI, a conta tucana e Maluf.

Senhor presidente e senhores deputados. O Brasil tem participado, através da mídia nacional e através de reportagem como esta, para que serviu o nosso banco público, o Banco do Estado do Paraná. Aqui a Revista “IstoÉ Dinheiro” traz uma reportagem bastante extensa, mostrando o mapa de como transitou esse dinheiro e apresentando, inclusive, contas de figuras ilustres da vida nacional.

Nós, aqui no Paraná, temos aqui uma missão, que é presidir a CPI que investiga o Banestado. A questão das contas CC5 é um foco da nossa CPI, mas há um outro ponto, que aí sim, é pontual e fundamental para todos nós paranaenses, que é do rombo deixado para a população do Paraná através do nosso Banestado, Banco Público. São quarenta e cinco milhões por mês que o povo do Paraná paga e a última prestação vencerá em 2029. O Paraná já deu o Banco do Estado, já pagou mais um bilhão e setecentos milhões de reais de prestação e ainda deve mais sete bilhões de reais.

Então, senhores deputados, estamos diante de uma missão bastante simples até, eu diria! Empresas paranaenses foram ao Banco do Estado, pegaram dinheiro emprestado e na hora de pagar a conta, levaram os títulos “podres” já cancelados pela própria Receita Estadual ou pela própria Justiça do Paraná e quitaram as suas dívidas,

saíram bem da história. E daí, um “bom” Governo, para seu interesse pessoal, resolveu então ir ao Banco Central e adquirir um empréstimo e socializar esse prejuízo.

Vamos dizer, deputado Bradock, que quem mora lá no Portão e que tem uma pequena empresa, uma micro-empresa, uma malharia, um restaurante ou uma confeitaria, o cidadão paranaense que trabalha e que vive neste Estado, está pagando essa conta, quando não recebe assistência na área da Segurança Pública, da Saúde, da Educação!

O que resta ao Paraná, a não ser apurar todos aqueles que fizeram negócio com o Banco e não pagaram as suas contas? Terão mais alguns dias para apresentar à CPI do Banestado instalada na Assembléia um comprovante de quitação das suas contas. Quem deve ao Banestado, mostre os comprovantes da quitação das suas contas ou constará no Relatório que são inadimplentes com o Banco e que o Ministério Público deve encaminhar à Justiça para acionar os devidos devedores. O trabalho da IstoÉ, “IstoÉ Dinheiro”, jamais imaginei que uma revista brasileira pudesse trazer, com detalhes, todo o sistema, a maneira do desvio do dinheiro, como ele ingressou, saindo de Foz do Iguaçu, como ele foi parar no Banco do Estado, em Nova Iorque, como esse banco transmitiu para outros bancos de paraíso fiscal. Devo, sinceramente, dar crédito a essa revista IstoÉ, porque é uma revista de circulação nacional, que traz nomes de pessoas envolvidas, revela números de contas e, evidentemente, cada vez se chega mais próximo da verdade, em relação às nossas contas CC5 e para o que serviu o nosso querido banco público, o Banco do Estado do Paraná, um banco do povo paranaense, que foi usado por ser um banco público e por ter conceito, tanto nacional, quando internacional, esses que quiseram lavar esse dinheiro o fizeram via Banestado. Banestado, o Banco do povo paranaense. Banestado, um Banco orgulho do povo do Paraná e que além de servir como passagem de dinheiro, pela CC5, deixa um prejuízo histórico para o povo do Estado e não é justo que o povo continue pagando essa conta.

Por que digo que não é justo? Porque em 1998 o Banco do Estado do Paraná, que tinha um patrimônio perto de 500 milhões de reais, um passivo a descoberto de dois bilhões e 600 milhões de reais e o Banco Central deveria ter decretado, naquele momento, a intervenção do Banco do Estado do Paraná, assim não o fez! É possível dizer que ele é co-responsável, além da responsabilidade dos diretores, que geriram o banco, de dar dinheiro para quem não tinha garantia real, porque, deputado Bradock, um cidadão comum, quando vai ao banco, tem que dar 130% de garantia real ou não tem o dinheiro do banco. Como é que pode, as grandes empresas irem lá e obter milhões de reais e, depois da negociação feita, do dinheiro ter sido depositado no nome da empresa, tentar colocar alguma garantia, que seja através de precatórios? Mais um crime! Quando o precatório não está na linha de recebimento, evidentemente, ele não pode ser pago! Deputado Zuquinho, olhe o que a Revista IstoÉ traz! Traz

exatamente o que, como possivelmente se utilizou o ex-prefeito Maluf, para mandar o dinheiro para fora!

Está aqui, o mapa inteiro!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a V. Exa. um minuto para concluir o vosso pronunciamento.

O SR. NEIVO BERALDIN

Eu vou concluir, senhor presidente.

E veja aqui também o Banco Araucária, um pequeno banco paranaense, competindo com grandes bancos. Evidentemente que com a colaboração desses dois delegados da Polícia Federal que estão nos atendendo, delegado Castilho e delegado Barbosa, estão nos ajudando, e amanhã com a colaboração do juiz Aleixo que está presidindo o Processo 207, mas com a presença do Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual, vamos então ouvir alguns diretores para que nos expliquem sobre essas operações.

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, o que nos traz à tribuna nesta tarde são dois assuntos - primeiro, é o projeto que nós estamos apresentando nesta tarde, nesta Casa, que dispõe sobre a prescrição de medicamentos genéricos nos estabelecimentos do sistema de saúde estadual e credenciados.

O que quer dizer este projeto? Que a partir de o projeto tornar-se lei, ser sancionado pelo governador do Estado, os médicos de todo o Estado do Paraná, deputado Miltinho Pupio, serão obrigados a colocar na receita o genérico, serão obrigados por lei a colocar o nome genérico do medicamento e não só o medicamento como atualmente é feito. Hoje os médicos colocam o nome do remédio naturalmente como sempre vêm fazendo nas receitas e nós queremos que, a partir deste projeto, sejam colocados os medicamentos genéricos, seja obrigação que em todas as receitas médicas expedidas no Estado do Paraná, deputada Cida Borghetti, haverá de constar o nome genérico do remédio prescrito, o que vai facilitar a diminuição dos custos do remédio.

Hoje a pessoa mais pobre chega numa farmácia e acabam lhe empurrando goela abaixo aquele remédio tradicional. E, com este projeto nosso, os médicos e as pessoas que tratam a saúde do Paraná serão obrigadas, a partir da oficialização desse projeto, do decreto entrar em vigor, a prescrever os genéricos. Este é um projeto que já foi aprovado na Câmara Municipal de Ponta Grossa, um projeto brilhante da vereadora Nassima Salum Ribas, que nos pediu que apresentássemos também nesta Casa.

Então, estendendo o projeto da vereadora Nassima, nós estamos protocolando na tarde de hoje este projeto que dispõe sobre a prescrição de medicamentos genéricos e que obriga todos os médicos do Paraná a prescreverem-nos em todas as receitas. Isso vai diminuir o custo e ao mesmo tempo vai ajudar principalmente as pessoas mais pobres.

Nós contamos com o bom senso e o não lobby dos laboratórios e contamos com a participação do governo para que o mais rápido possível torne lei esse projeto que já é lei em Ponta Grossa e que certamente deverá ser também no Estado do Paraná, que vai beneficiar principalmente as pessoas mais humildes e as mais pobres do Paraná.

E o segundo assunto, senhor presidente, é sobre a cidade de Castro, a qual nós representamos aqui também. Lá em Castro, uma cidade já tradicional, que tem história, lá os tropeiros agora estão lançando um projeto muito interessante, chamado “Policiais a pé andando atrás dos bandidos”. É um projeto que deve ser de autoria do governo do Estado, eu não sei, mas é um projeto que está em pleno andamento na cidade de Castro. Nem a cavalo não é, lá eles estão andando a pé atrás dos bandidos. Sabem por quê? Porque não tem gasolina nos carros da Polícia Militar de Castro!

Hoje nós recebemos essas informações, através do nosso programa de rádio, que as viaturas da Polícia Militar, de Castro, estão sem combustível. Parece-me que não é só em Castro; está ocorrendo em outras cidades do Estado do Paraná, também.

Então eu queria alertar aqui à Liderança do Governo, alertar o deputado Anibelli, alertar o deputado Ângelo Vanhoni, que as viaturas da Polícia Militar de Castro estão sem combustível e não dá para elas ficarem paradas e os policiais tendo que sair a pé ou pedindo carona para prender os bandidos, quer dizer, é complicado!

Eu gostaria de pedir a esta Casa que se tomasse providências, o Governo que tem implantado aí um bom trabalho na segurança, colocou um promotor muito competente, na questão da Segurança, o próprio governador foi secretário, não podemos mais permitir que a cidade de Castro esteja sem combustível nas viaturas.

Era esse o pedido que eu queria fazer.

Estou no Pequeno Expediente, deputado Plauto, não tenho condições de lhe dar o aparte, mas quero deixar este alerta e pedir às autoridades, porque senão este projeto é inovador: policiais a pé correndo atrás de bandidos!

Muito obrigado, senhor presidente e senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Próximo orador, deputado Elton Welter.

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Senhor presidente, senhores deputados.

Amanhã, a partir das 8h30 da manhã, esta Casa, mais uma vez, através do Bloco Agropecuário, fará o grande debate sobre a questão do tema: - “Transgênicos a realidade paranaense”. Serão vários palestrantes; V. Exas. poderão opinar. Terão técnicos pró e contra a discussão dessa temática. Amanhã, no Plenarinho da Assembléia, a partir das 8h30, repito.

Quero passar alguns dados que pegamos no dia de hoje no Ministério do Desenvolvimento e Indústria do Comércio Exterior, dados que orgulham o Paraná, um dos Estados que mais exporta soja. Em 2002, exportou no complexo soja 1 trilhão 665 milhões, 868 mil e 179 quilos de soja. Em 2003 exportou exatamente 178,9% a mais em quilos e no valor bruto deu, como o soja está com um valor melhor este ano, 227,1% a mais, no complexo soja. Isso significou que o complexo soja, no Paraná, realmente é um grande rendimento para o Paraná para um melhor equilíbrio da balança comercial brasileira, e aqui o Paraná é destaque.

Quero dizer que além do complexo soja o frango e o suíno também tiveram grande destaque na exportação aqui do Paraná. O frango cresceu, em quilo, 82,4%, e o suíno, 174,1% comparado com o ano de 2002 e, em toneladas, eu tenho à disposição esses documentos. São dados oficiais do Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O Paraná é destaque na exportação de soja, ampliou significativamente neste ano. E um dos fatores, com relação à soja, segundo um especialista no setor, é que nós ainda somos considerados livres dos produtos de soja transgênia.

Era isso senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Próximo orador inscrito, o senhor deputado Vanderlei Iensen.

O SR. VANDERLEI IENSEN

Senhor presidente e senhores deputados.

É com muito prazer que subimos aqui nesta tribuna, para falar de dois assuntos. O primeiro é com relação à nossa filiação ao PMDB. Gostaria de, primeiramente, agradecer aos meus colegas do PDT, Partido que tive a honra de estar filiado.

Quero agradecer aos deputados Barbosa Neto, Renato Gaúcho, Augustinho Zucchi, Neivo Beraldin, meus companheiros de Bancada. E também ao José Maria Ferreira, que agora juntamente comigo está compondo a Bancada do PMDB. Agradecer enfim a toda direção do Partido, Bancada Federal, tanto na Câmara como no Senado. Estender o meu agradecimento ao presidente e a todo diretório do PDT que me acolheu.

Eu, realmente, saio do PDT com muito respeito por esse partido. Vim para o PMDB e quando digo vim para o PMDB, é porque estou retornando. O PMDB foi o Partido onde iniciei a minha vida política. E venho neste momento, porque creio que posso dar uma colaboração muito grande a este Governo, um governo que acredita-



mos ser sério, honesto. E por isso estamos aqui participando diretamente das decisões.

E, por isso, optamos por este convite, atendemos o convite do governador. E quero aqui agradecer a forma que foi estendido este convite, tanto por parte do governador Requião quanto do Diretório do PMDB Municipal e Estadual. Agradeço, aqui na pessoa do Gustavo Fruet, presidente. Também o nosso líder da Bancada, deputado Anibelli e quando cito o nome do deputado Anibelli, cito o nome de todos os demais do PMDB que nos receberam com muito carinho. A gente se sente em casa dentro desta Bancada, e quero agradecer a todos os demais companheiros. Um agradecimento especial ao deputado Nereu Moura, meu amigo particular, um grande incentivador, um companheiro de muitas horas e sem dúvida um dos principais articuladores para que nós estivéssemos hoje participando desta Bancada do PMDB.

Quero dizer aos meus companheiros que estamos vindo para sermos mais um soldado nesta Bancada, para somarmos junto com todos e para que possamos realizar aí as grandes mudanças que o povo do Paraná espera de nós e está, realmente, na expectativa de que nós venhamos a fazer a diferença no Estado do Paraná. Meu agradecimento a todos e quero comunicar isso com muito carinho.

O outro motivo que nos traz, aqui, é com relação... fizemos uma convocação na manhã de hoje ao Padre Roque, que é o secretário do Trabalho, para falar especificamente sobre a questão agrária. Porque ele também é o presidente da Comissão de Ação de Conflitos Agrários do Estado do Paraná. E hoje pela manhã ele nos ligou informando, que estava junto com o governador no Canal da Música e justificando a ausência e se colocando à disposição da Comissão para, a qualquer momento, trazer as explicações. Nós já contatamos com ele e hoje, às 17h30, nós convocamos o Padre Roque para estar falando aos membros da Comissão de Terras e também aos demais deputados que desejarem participar, porque é um assunto muito importante. Estamos vivendo uma situação muito delicada na questão agrária; muitas invasões, e precisamos, como Assembleia Legislativa nos posicionarmos a respeito deste tema tão delicado e tão problemático.

Queremos ouvir do Padre Roque quais são as providências que o Governo tem tomado para tentar resolver esse problema, e também colocar a Assembleia Legislativa, a nossa comissão, e eu tenho certeza que falo em nome dos parlamentares, a disposição para tentar mediar uma solução para esse problema tão grave, tão sério, que é o problema agrário.

Nós temos recebido todos os dias informações, telefonemas de pessoas preocupadas, de ambas as áreas, tanto aqueles que estão tendo as suas terras invadidas como também o pessoal da área de segurança. E nós estamos muito preocupados. Nós estamos tentando, junto com a Comissão de Terras, os deputados que participam, tentando aliviar essa situação, mediar esse conflito para

que possamos chegar a um bom termo e a uma solução que venha a contento de todos.

É necessário dizer que para se chegar a uma conclusão, ambas as partes terão que ceder. E é isso que nós queremos ouvir, qual é a disposição, tanto da parte do Governo, como da parte do MST, da parte dos ruralistas. O que cada um está disposto a ceder para fazermos aí uma composição e tentarmos resolver esse problema seriíssimo que é o problema de terras, não só no Paraná, em todo o Brasil, mas nós como Assembleia Legislativa do Paraná, temos que nos posicionarmos pelo menos com relação ao nosso Estado.

Então, fica aqui o convite. Hoje, 17h30, nós estaremos na Sala das Comissões, com o Padre Roque e os demais deputados convidados a participar.

Muito obrigado.

#### O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Próximo orador inscrito, deputado Hermes da Fonseca.

#### O SR. HERMES FONSECA

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Chegando hoje em meu gabinete, encontrei um documento que me foi dirigido pela Casa tratando de uma notificação extra-judicial, encaminhada a diversos órgãos do Governo, do Governo Federal e Estadual e a esta Casa.

Estou aqui na qualidade de deputado estadual, e também com dever maior como presidente da Comissão de Constituição e Justiça para dizer que essa notificação extra-judicial é uma afronta a este Parlamento. Este Parlamento precisa dar as respostas que tem que dar à sociedade, e precisa, acima de tudo, resgatar as suas prerrogativas. Não podemos continuar sendo alvo de medidas absurdas, abusivas, afrontosas a este Parlamento.

Essa notificação, meus caros colegas deputados, não gera direito, nem obrigação; isto aqui é um lixo, e como lixo deveria ser jogado no lixo mesmo, ou rasgado! É preciso que esta Casa dê a resposta. Esta Casa poderia ter sido notificada extra-judicialmente se não votasse a mensagem do Governo que está nesta Casa em tempo hábil. As mensagens que foram encaminhadas para esta Casa são prerrogativas do Poder Executivo, são legais e constitucionais, é o ponto de partida de uma discussão nesta Casa, e na discussão de uma possível encampação ou não, é que esta Casa dê ao Governo do Estado autorização para se iniciar o processo de encampação. Não estamos votando aqui ainda encampação, estamos dando uma autorização ao Governo para que ele inicie um processo de encampação.

Portanto, quero registrar, desta tribuna, quero que registre em Ata, que isto é uma afronta e que nós todos, por unanimidade, devemos repudiar essa iniciativa das concessionárias de pedágio no Estado do Paraná. Essa é a nossa posição, essa é a minha posição pessoal, e princi-

palmente com a obrigação maior de dirigir como presidente a Comissão de Constituição e Justiça desta Casa.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Horário das Lideranças.

No Horário da Liderança do Governo, concedo a palavra ao deputado Ângelo Vanhoni.

**O SR. ARTAGÃO JÚNIOR (Pela Ordem)**

Aproveitando a oportunidade, gostaria de estender um convite a todos os amigos parlamentares e àqueles que fazem parte do quadro da Assembléia e àqueles que quiserem participar, semanalmente tem ocorrido o culto evangélico no espaço que nos foi cedido pelo 1º secretário, Nereu Moura, no subsolo do nosso prédio às quartas-feiras, às 09h30, e nesta quarta-feira, teremos novamente o nosso culto, por isso mesmo estamos fazendo o convite a todos que quiserem participar. Serão bem-vindos, e estaremos honrando o nome de Deus.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Agradecemos o convite, e fica então o registro.

**O SR. DEPUTADO RATINHO JÚNIOR**

Só gostaria de registrar a presença dos vereadores de Matinhos: o Afonso Jerônimo Leite, o Olímpio Bruno Silva e o José Reinaldo Müller, que estão nos visitando.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Agradecemos aos vereadores pela visita.

Com a palavra, o deputado Ângelo Vanhoni.

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

Senhor presidente, senhores deputados.

Hoje vai tramitar na nossa Casa um requerimento para transformar a Assembléia Legislativa no dia de amanhã, numa Comissão Geral.

Está tramitando, já por iniciativa do Governo do Estado, seis projetos que aprovamos semana passada em regime de urgência, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a proceder à encampação das concessionárias das estradas no Estado do Paraná.

Como sabemos, o Governo vem, nesses últimos meses, negociando com as concessionárias buscando aquilo que a maioria da população do nosso Estado entende que seja justo para a manutenção das estradas do nosso Estado - sobretudo no Anel de Integração. As conversas têm evoluído entre o Governo e as concessionárias. É possível que ainda esta semana três acordos sejam assinados entre o Governo do Estado do Paraná e as concessionárias, um novo contrato está sendo “repactuado” e as cláusulas desse contrato de “repactuação” para a prestação de serviço com as tarifas reduzidas estão sendo discutidas com o Governo.

A Bancada que sustenta o Governo do Estado na Assembléia Legislativa reuniu-se hoje pela manhã, discu-

tiu exaustivamente a questão e resolvemos que amanhã devemos votar em Comissão Geral uma autorização para que o governador e o Poder Executivo possam, ao final desse processo de negociação com as empresas que detêm a concessão para administrar a cobrança de pedágio nas estradas. Ao final deste processo, caso a negociação não chegue a bom termo com esta ou com aquela empresa concessionária, que o Governo possa dar o início ao processo de encampação das empresas.

Sabemos que não estaremos votando amanhã, na Assembléia Legislativa, a encampação propriamente dita. Esta figura jurídica que está consagrada na Constituição Federal do nosso país e também está consagrada na Constituição do Estado do Paraná, essa é uma atribuição do Poder Executivo. Vai competir à Assembléia Legislativa autorizar ou não o Governo do Estado a proceder a medida de encampação deste ou daquele trecho, caso uma negociação de redução das tarifas não venha a culminar a um bom termo, que é o que todos desejam.

Por isso, espero que os deputados estaduais da Assembléia Legislativa, nossos companheiros todos, hoje aprovem esse requerimento. Aliás, esse requerimento não será aprovado hoje; será aprovado amanhã, mas será feita a leitura hoje, porque amanhã deveremos proceder não somente a discussão na Comissão geral, mas também, proceder a votação dos projetos encaminhados pelo Poder Executivo. Todos nós sabemos que são seis votos, teremos seis votações a respeito deste processo.

Era isso, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Com a palavra, deputado Valdir Rossoni.

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Apenas gostaria de fazer uma ressalva, que V. Exa. me desse oportunidade na hora da votação do regime de transformação em comissão geral do Plenário, gostaria de encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Será no dia de amanhã!

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Apenas gostaria de fazer uma ressalva, que V. Exa. me desse oportunidade, na hora da votação do regime de transformação em comissão geral do Plenário, gostaria de encaminhar.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Será no dia de amanhã!

**O SR. VALDIR ROSSONI**

Mas gostaria de encaminhar o requerimento hoje!

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

É amanhã, hoje é lido e a leitura com 24 horas, daí a votação.

**O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)**

Gostaria de saber, o Líder do Governo se manifestou. Esses projetos que nós iremos votar, segundo disse o Líder do Governo, na quarta-feira, é um projeto de lei autorizatório? Gostaria de perguntar se cabe emendas.

**O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)**

Deputado Ângelo Vanhoni.

**O SR. ÂNGELO VANHONI**

As estradas do Estado do Paraná, parte delas são de propriedade do Estado do Paraná e parte delas são de propriedade da União.

A União por delegação, repassou a administração através de um projeto de V. Exa., que o Estado do Paraná, através dessa delegação administrasse as estradas federais. Além disso, o governo passado, a Assembléia votou uma autorização para que o Governo do Estado, o Poder Executivo, o então governador Jaime Lerner pudesse proceder o processo licitatório para que as estradas fossem administradas pela iniciativa privada.

Então a Assembléia Legislativa, nas duas hipóteses, nesta, na hipótese que aconteceu no governo do Jaime Lerner, autorizou o governo a proceder uma privatização, isto é, uma gestão privada do sistema de cobrança de pedágio e manutenção das estradas.

No nosso caso, nós estaremos apenas autorizando o governador do Estado do Paraná, Roberto Requião. Que, se ao longo desse processo de negociação, que pode ser de um mês, quinze dias, dois meses não chegar a bom termo, ele, de acordo com a Constituição, começa o processo de encampação.

**O SR. NEIVO BERALDIN**

Deputado Vanhoni, fiz essa pergunta, porque vieram seis mensagens. Acho que algumas podem até proceder autorização, mas essa aqui do litoral do Paraná, se V. Exa. me permitir, vou apresentar uma emenda determinando a encampação. Não autorizando, e sim, determinando, porque esse trecho aqui do litoral é o trecho mais gritante. Não sei se cabe essa emenda no processo.

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Senhor presidente, confesso estou surpreso com o requerimento apresentado à Mesa, que propõe a transformação do Plenário em Comissão Geral para o dia de amanhã. Conversei com o deputado Júnior, líder dos deputados independentes, também estou conversando com as Bancadas de Oposição, porque vamos tomar uma decisão, se possível em conjunto, deputados independentes, deputados de Oposição, porque, desde quando a Bancada de Situação apresentou Regime de Urgência?

Quero deixar registrado nos Anais desta Casa. Antes disso aí, quando o presidente da Casa, na última segunda-feira, não faz hoje uma semana, leu no Expediente o envio da mensagem, das seis mensagens do governo, propondo a encampação do pedágio. Entendi

que a partir daí, começava o trâmite Legislativo, e qual não foi a minha primeira surpresa, senhor presidente?

Com todo respeito, porque sou membro da CCJ e vejo como o deputado Hermes tem se pautado pela retidão, pela seriedade na conduta daquela comissão, faço aqui um elogio público ao deputado Hermes da Fonseca, mas qual não foi a minha surpresa ao ver que, por sorteio, depois não sei de que maneira os seis projetos foram designados para o deputado Bradock ser o relator. Sequer o projeto havia chegado na CCJ. Sequer havia chegado.

O deputado Bradock sequer com o projeto oficialmente na mão já foi matéria de jornal na semana retratada. Estampado que já estava com todos os seus pareceres prontos para apresentar, de um projeto que não havia chegado nas suas mãos ainda.

Na segunda-feira passada ele foi efetivamente lido. Na terça-feira, como havia prometido já, o deputado Bradock fez questão de ler o seu parecer na CCJ. Claro, qual não foi a minha surpresa ao ver que o dispositivo da Lei de Responsabilidade Fiscal estava sendo flagrantemente violada! É cristalino, isso. Somos minoria, mas temos que saber das nossas responsabilidades.

Artigo 15 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

“Serão considerados não autorizadas...”

**(Lendo artigos 15, 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal)**

V. Exa. apresentou regime de urgência, concordamos em votá-lo na expectativa mínima de que os prazos regimentais pudessem ser respeitados, ou seja, terça-feira o parecer da CCJ, onde apresentei o meu voto em separado. Claro, apesar de se revestir a CCJ de todo aspecto constitucional, tenho cá minhas dúvidas, que a constitucionalidade dessa matéria seja efetivamente levantada com rigor na CCJ no dia de amanhã. Depois, teríamos a Comissão de Finanças, mais 48 horas. Depois, com toda a certeza, a Comissão de Obras. A Oposição e os deputados independentes não se furtam de votarem a encampação, até porque nós entendemos uma única linguagem do governador, “Pedágio no Paraná acaba”, foi assim que prometeu na campanha. Depois mudou “baixa ou acaba”, mas a promessa foi de fim do pedágio.

Queremos votar, mas não podemos ser tão irresponsáveis e atropelados votando uma matéria, que confesso aqui, para mim já está muito claro, o governador é um homem sério, não deseja efetivamente a encampação, porque, se desejasse, não estava negociando, como já é público, com duas concessionárias.

Não deseja.

A Assembléia está sendo instrumentalizada para pressionar, e isso me causa uma preocupação maior ainda, porque, se esse instrumento se mostrar titubeante ou fraco, ou se dermos uma autorização, um cheque em branco, se consumasse - que eu não acredito - a encampação, estaríamos sendo extremamente irresponsáveis, por não cumprir o que dispõe a Lei de Responsabilidade Fiscal, não cumprir o que dispõe a Lei nº 8.987.

Por isso, peço vênia, ao líder do Governo, aos demais deputados que tomam essa decisão, não nos parece de bom juízo transformarmos o Plenário em Comissão Geral; darmos um cheque em branco em uma situação que pode comprometer definitivamente as finanças públicas do Estado do Paraná.

Por isso, rogo aos companheiros. Tenho aqui a proposta, que tenho certeza, deputado Valdir Rossoni, que me parece muito interessante que se é promessa do governador acabar com o pedágio do Paraná, se formos votar a encampação, que acabe, também, definitivamente, as praças de pedágio deste Estado!

Só queria, presidente, que houvesse bom senso para que, neste momento, o governo nos prestasse todas as informações, o impacto financeiro, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária, para que pudéssemos, com isenção, votar essa matéria.

#### O SR. VALDIR ROSSONI (Questão de Ordem)

Senhor presidente, na última segunda-feira, se não me falha a memória, o deputado Luciano fez um requerimento pedindo alguns esclarecimentos sobre a questão do pedágio. Segundo temos conhecimento, o governador baixou um decreto dizendo que os secretários teriam cinco dias para prestá-los.

Se o deputado Luciano entrou com esse requerimento, é claro que ele já os deve tê-los, e nós gostaríamos de ter conhecimento, antes, para que pudéssemos votar essa questão no dia de amanhã.

Então, gostaria que a Mesa nos respondesse se o decreto do Governador realmente está sendo cumprido, e o deputado Luciano poderia nos informar se já recebeu as informações ao seu pedido.

#### O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

A Mesa informa que a Constituição dá trinta dias de prazo. Existe de fato um decreto do governador passando para cinco dias, mas a Constituição é maior que o decreto, embora eu acredite que se deva continuar cobrando as promessas do Governador. Constitucionalmente, é trinta dias.

#### O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, eu sabia que era trinta dias; estou em cima do decreto do governador, e se nós tivéssemos essas informações, seria importante para o dia de amanhã.

#### O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, Mensagem nº 021/2003, subscrita pelo governador do Estado do Paraná, constante do expe-

diente, encaminhando anteprojeto de lei complementar dispondo que a carreira do Magistério Estadual, estruturada pelos cargos de professor e de Especialista de Educação, passa a contar com cargos de vinte e quarenta horas-aula semanais. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 59/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente, sugerindo a criação e implantação de uma Central de Abastecimento do Paraná - Ceasa, na Região Sudoeste. **À Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio.**

Projeto de lei de autoria do deputado Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

#### O SR. ELIO RUSCH

Senhor presidente, pela ordem.

#### (Assentimento)

Só não me manifestei anteriormente porque estava procurando, exatamente, o artigo do Regimento Interno que trata sobre os projetos de Regime de Urgência, aqui nesta Casa Legislativa.

Nós, como membros desta Casa, entendemos que existe uma certa urgência por parte do governador do Estado do Paraná, em votar esses projetos autorizatórios para encampação do pedágio do Estado do Paraná.

O líder da Oposição, deputado Durval Amaral, fez menção, exatamente, sobre os trâmites legais que devem ser obedecidos em toda e qualquer discussão aqui na Assembléia Legislativa.

Eu faço questão, senhor presidente, de ler o artigo 183 da Assembléia Legislativa: "Aprovado pela Assembléia o requerimento de Regime para qualquer proposição será esta encaminhada da seguinte forma: letra "A" - será concedido o prazo de quarenta e oito horas a cada uma das comissões permanentes que devem opinar a respeito para que profiram seus respectivos pareceres."

Esse projeto quando veio para Assembléia, se não me falha a memória, consta na contracapa, foi despachado para CJ, depois para Comissões de Obras e para Comissão de Finanças, quer dizer como é que nos vamos querer atropelar um processo legislativo, atropelar todos os trâmites legais, para não darmos o prazo regimental para uma comissão constituída pela Assembléia Legislativa não opinar sobre o mesmo. Se isso, verdadeiramente, acontecer, acho que nós da Bancada da Oposição e os deputados do Bloco Independente, devemos nos reunir para ver o que vamos fazer. Entendo que não é concebível que a presidência da Casa venha anunciar a inclusão desse projeto sem primeiro respeitar os prazos estabelecidos pelo Regimento Interno. Esses prazos devem ser obedecidos. Se não forem obedecidos, o que vamos fazer? Agora, se tem recesso que culpa temos nós se o governador mandou a mensagem no final do 1º semestre!

Devia ter mandado a mensagem antes, deputado Antonio Anibelli. Ele mandou agora e a Assembléia aprovou a semana passada! Ora, temos mais duas comissões depois da CCJ que devem ser ouvidas. E cada uma tem o prazo máximo de 48 horas. Aí, sim pelo que entendo, pelo Regimento Interno e é em cima desse Regimento Interno que dirigimos os nossos trabalhos, respeitadas as leis superiores.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Deputado Elio Rusch, vossa excelência tem razão. Porém, o artigo 107 do mesmo Regimento que V. Exa. se reporta, ele diz e aqui estou recebendo o requerimento, na hora apropriada vou fazer a leitura e o encaminhamento, pedindo a transformação da Sessão Ordinária de amanhã em Comissão Geral para votação dos projetos.

Portanto, a Sessão de amanhã será transformada a Assembléia em Comissão Geral.

O SR. ELIO RUSCH

Quando o projeto estiver na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Amanhã, prazo de 24 horas conforme o artigo do Regimento.

O SR. ELIO RUSCH

Nós vamos votar o requerimento amanhã e aí o Plenário se transforma em Comissão Geral.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

É. Artigo 107. Mas, amanhã nós vamos discutir esse assunto, com certeza com muita propriedade.

Nesse momento, inclusive, estou dando como recebido o requerimento com base no artigo 107, do Regimento Interno da Casa, a transformação da Sessão Ordinária de amanhã, 24.06.2003, em Comissão Geral para votação dos Projetos de Leis nºs 336, 337, 338, 339, 340, 341/2003. Todos dispõem sobre a encampação da concessão do objeto de contrato de cada um dos lotes das concessionárias.

Projeto de lei de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Nereu Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do deputado Doutor Luciano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Pela ordem, senhor presidente.

(Assentimento)

Queria destacar, nesta tarde, a presença do ex-prefeito de Rio Bonito do Iguaçu, Leonel Schmidt, nosso companheiro, nosso amigo e proprietário de terra que teve a sua fazenda invadida no último dia 18 pelo MST. Já foi comentado pelo deputado Vanderlei Iensen sobre os desmandos que têm ocorrido nos últimos meses. Os acordos que foram feitos com o governador do Estado não estão sendo cumpridos. Nós estaremos agora às 17h e 30m conversando com o secretário Padre Roque, justamente para discutirmos esse assunto. E, inclusive para exigirmos do Padre Roque que ele tenha um pouco mais de controle nas suas palavras, porque algumas coisas que ele tem falado não são verdadeiras, inclusive sobre esse assunto que ora nós falamos.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)

Esta Mesa agradece a visita e deseja sucesso na negociação que com certeza é de interesse de toda a população do Estado do Paraná.

Projetos de lei em nº 02 (dois) de autoria da deputada Elza Correia, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1302, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, com apoio dos deputados Nereu Moura, Marcos Isfer, Carlos Simões, constante do expediente, solicitando transformação da Sessão Plenária em Comissão Geral, para votação dos Projetos de lei nºs 336, 337, 338, 339, 340 e 341/2003. **Recebido na forma do parágrafo 2º do artigo 107, do Regimento Interno.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos deputados:

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do projeto de Lei nº 201/2003, de autoria do Ministério Público - Procuradoria Geral de Justiça. Altera o artigo 4º da Lei nº 12.241, de 28 de julho de 1998. (Composição do Conselho Diretor) do Fundo Especial do Ministério Público do Estado. **Aprovado. (Publ. no DA. nº 047/2003, de 10.06.2003 - 1ª Discussão).**

#### ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 125/2003, de autoria do deputado Tadeu Veneri, que altera a Lei Estadual nº 11.911, de 1º de dezembro de 1997. (Transporte Gratuito Portadores de Deficiência). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDHC. COM EMENDAS DA CCJ E DE PLENÁRIO. EM ANEXO PROJETO DE LEI Nº 170/2003. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. **Aprovada as emendas.**

**ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 290/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 011/2003. Objetiva instituir no âmbito do Estado do Paraná, a semana estadual de prevenção ao uso indevido de drogas. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 291/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 012/2003. Altera a redação do artigo 2º da Lei nº 11.832, de 12.09.1997, que dispõe sobre a doação do imóvel, do Instituto de Ação Social do Paraná - IASP, para o Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC.

Sobre o referido projeto, Emenda Modificada de Plenário, de nº 01, de autoria do deputado Ângelo Vanhoni, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA MODIFICADA DE PLENÁRIO  
DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 291/2003**

Altera o artigo 2º, do Projeto de Lei nº 291/2003, passando o mesmo a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º - O imóvel de que trata o artigo 1º será cedido à entidade autárquica Paraná Esporte, para suas instalações.

Sala das Sessões, em 23.06.2003.

(a) ÂNGELO VANHONI

Apoiamento:

Cida Borghetti, Dobrandino da Silva, Natálio Stica, Ailton Araújo.

**JUSTIFICATIVA:**

A retirada da expressão “exclusivamente” torna possível que a Paraná Esportes possa ceder as dependências do aludido imóvel para atividades de sua área de atuação em parceria com entidades de reconhecer utilidade pública.

Está em discussão o projeto.

**Encerrada a discussão, encaminha-se a emenda à CCJ para apreciação.**

**ITEM 05**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 209/2003, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 005/2003, que estabelece as diretrizes orçamentárias do Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2004. COM PARECER FAVORÁVEL DA CO.

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO  
SUBSTITUTIVO GERAL AO  
PROJETO DE LEI Nº 209**

Art. 1º - Em cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo 3º, da Constituição do Estado do Paraná e

em conformidade com o requerido pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Estado do Paraná para o exercício financeiro de 2004, compreendendo:

I - as prioridades da Administração Pública Estadual;

II - a projeção e a apresentação da receita para o exercício;

III - os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;

IV - a estrutura e organização dos orçamentos;

V - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;

VI - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

VII - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;

VIII - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;

IX - disposições transitórias;

X - demais disposições.

**Capítulo I**

**Das Prioridades da Administração  
Pública Estadual**

Art. 2º - Para o ano de 2004, a inclusão social e o desenvolvimento sustentável constituem o eixo central sobre o qual se apóia toda a ação governamental através da elaboração de linhas de ação, diretrizes e programas.

A proposta de inclusão social e desenvolvimento sustentável para o Paraná tem como base o Diagnóstico Social e Econômico elaborado pelo Iparde/SEPL, no qual o baixo nível de desenvolvimento humano e o desequilíbrio regional medido pelo IDH se apresentam como traços marcantes da realidade paranaense.

A estratégia de desenvolvimento proposta pressupõe a definição de linhas de ação que são complementares e se desdobram em diferentes diretrizes e programas. Estas linhas procuram articular a ação do Estado na direção da superação dos principais problemas diagnosticados. São elas:

1. expansão produtiva;
2. competitividade sistêmica;
3. educação, inovação e cultura;
4. emprego, cidadania e solidariedade.

É a complementaridade entre as quatro linhas de ação que garante a consecução dos objetivos perseguidos. Essa complementaridade se revela nas ações relacionadas a cada uma das quatro áreas. As ações ligadas à expansão produtiva terão como alvo direto o fomento das empresas já instaladas no Estado e a atração de novos empreendimentos. Na linha de competitividade sistêmica, as ações estarão direcionadas à melhoria da infra-estrutura, a provisão de bens e serviços fundamentais ao bom funcionamento da economia e à qualidade de vida dos cidadãos

paranaenses. A linha de ação que envolve educação, inovação e cultura preocupa-se com a formação de capital humano, a soma de treinamento, experiência e conhecimentos de uma pessoa, cujo acúmulo eleva sua produtividade e a torna mais apta à colaboração no desenvolvimento da sociedade. A quarta linha de ação é o desdobramento natural das ações nas três linhas anteriores e diz respeito ao aumento do emprego, cidadania e solidariedade no meio social paranaense.

As principais diretrizes são:

I - reduzir o analfabetismo nas áreas urbana e rural do Estado;

II - desenvolver ações que aumentem a escolaridade de crianças pobres;

III - aumentar a geração de emprego e renda;

IV - aumentar a expectativa de vida da população;

V - aumentar a eficiência, a qualidade e a cobertura da oferta de serviços públicos de saúde através da maior alocação de recursos;

VI - desonerar micro e pequenas empresas de modo a facilitar a acumulação de capital e a criação de empregos no setor formal da economia;

VII - implementar estratégias integradas para o desenvolvimento da infra-estrutura de transporte multimodal do Estado, criando condições para o bom andamento das atividades produtivas e para a inclusão de áreas de baixo desenvolvimento humano na malha de produção do Estado;

VIII - aperfeiçoar a eficiência alocativa dos gastos públicos através do melhor planejamento das políticas públicas;

IX - criar mecanismos que induzam a distribuição de renda e a mudança social;

X - combater o crime e a violência através de programas de prevenção;

XI - investir na capacitação profissional dos servidores públicos;

XII - proporcionar meios de incentivo à produção e difusão cultural no Estado;

XIII - fomentar a agricultura familiar dando ênfase à produção agroecológica;

XIV - criar, manter e aprimorar programas e mecanismos de atendimento ao portador de deficiência e ao idoso, proporcionando o desenvolvimento pessoal e familiar bem como a inclusão social.

## **Capítulo II**

### **Da Projeção e da Apresentação da Receita para o Exercício**

Art. 3º - A Receita de Recolhimento Centralizado será apresentada, no seu demonstrativo, com a previsão de 100% do ingresso, e com um grupo de receita dedutível, que representa a contribuição do Estado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, resultando numa Receita Total Líquida para o Estado

para a fixação de despesas orçamentárias, de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria nº 328, de 27/08/2001 do Ministério da Fazenda.

Art. 4º - As Receitas de Recolhimento Centralizado do Tesouro Estadual e de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, para fixação das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta do exercício de 2004, estão estimadas no valor aproximado de R\$11.466.258.000,00, a preços de 30 de junho de 2003.

Art. 5º - As receitas previstas no artigo anterior e conseqüentemente as despesas fixadas com o respectivo valor, poderão ser atualizadas antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação de um índice de atualização a ser determinado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, que melhor reflita os preços da economia paranaense, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2003, de acordo com os critérios estabelecidos na próprio projeto de lei orçamentária.

## **Capítulo III**

### **Dos Critérios para a Distribuição dos Recursos Orçamentários**

Art. 6º - A elaboração das propostas dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público será feita dentro dos seguintes limites percentuais da Receita Geral do Tesouro Estadual disponível para a fixação da despesa, depois de excluídas as parcelas de transferências constitucionais aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas:

- Poder Legislativo - até 5,0%

- Poder Judiciário - até 8,5%

- Ministério Público - até 3,6%.

Parágrafo Único - Do percentual de 5% destinado ao Poder Legislativo, caberá ao Tribunal de Contas o percentual de 1,90%.

Art. 7º - O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2004 alocará recursos do Tesouro Geral do Estado, para atender as programações dos órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos destinados:

I - à transferência das parcelas da receita de recolhimento centralizado, pertencentes aos municípios;

II - aos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público de acordo com os limites percentuais definidos no artigo 6º desta lei;

III - ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

IV - ao pagamento do serviço da dívida;

V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o artigo 205 da Constituição Estadual e com a Lei nº 12.020, de 9 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná;

VI - à manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos, de acordo com o artigo 185 da Constituição Estadual;

VII - ao pagamento de ações e serviços de saúde, de acordo com a Emenda Constitucional nº 29/2000, correspondendo para 2004 a 12,00%, das receitas especificadas;

VIII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

IX - às contribuições do Estado ao sistema de Seguridade Funcional, compreendendo os programas de Previdência e de Serviços Médico-Hospitalares, conforme legislação em vigor;

X - ao pagamento de sentenças judiciais;

XI - à reserva de contingência, de acordo com o especificado no artigo 34 desta lei.

Art. 8º - Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos a cada Órgão/Unidade, por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária, tendo em vista a possibilidade de modificação na estrutura administrativa do Poder Executivo.

#### Capítulo IV

##### Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

Art. 9º - Para efeito da lei Orçamentária, entende-se por:

a) Função: nível máximo de agregação das ações desenvolvidas pelo Setor Público (Nível Nacional da Funcional Programática);

b) Subfunção: nível de agregação de um subconjunto de ações do Setor Público (Nível Nacional da Funcional Programática);

c) Programa: instrumento de organização da ação governamental, através do qual são estabelecidos objetivos e metas quantificáveis ou não, que serão cumpridos através da integração de um conjunto de esforços com recursos humanos, materiais e financeiros a ele alocados e com custo global determinado (Nível Estadual da Funcional Programática);

d) Programas de Governos: são idéias e propostas mencionadas no Plano de Governo;

e) Projeto: instrumento para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo;

f) Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um con-

junto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do Governo;

g) Operações Especiais: despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações do Governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços, representando, basicamente, o detalhamento da função Encargos Especiais;

h) Modalidade de Aplicação: especificação da forma de aplicação dos recursos orçamentários.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º - Cada projeto, atividade ou operação especial será detalhado por Grupo de Natureza de Despesa.

§ 3º - Cada projeto, atividade e operação especial estará vinculado a uma função e a uma subfunção.

Art. 10 - Na elaboração dos Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, a despesa será discriminada por Unidade Orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando os grupos de despesas, com suas respectivas dotações, indicando para cada categoria econômica, o grupo de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa e a fonte de recursos.

Parágrafo Único - A fonte de recursos de que trata o *caput* deste artigo será apresentada no Projeto de Lei Orçamentária por grupo de fontes, ficando a execução orçamentária condicionada ao nível da introdução das informações no Sistema de Elaboração e Controle do Orçamento - COP. A apresentação das fontes, no Projeto de Lei Orçamentária Anual será feita com o seguinte agrupamento:

Recursos Próprios do Tesouro - Código 01, compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 100 - Ordinário não Vinculado;

Fonte 105 - Resultado da Exploração de Recursos Hídricos, Petróleo, Gás Natural e outros;

Fonte 112 - Retorno dos Programas Prosam/Pedu/Paranasan;

Fonte 123 - Renda do Fundo Penitenciário;

Fonte 124 - Multas e Taxas de Saúde Pública - Funsauúde;

Fonte 125 - Venda de Ações e/ou Devolução de Capital Subscrito;

Fonte 126 - Contribuição Compulsórias para a Previdência Social;

Fonte 127 - Multas e Taxas de Defesa Sanitária - Feap;



Fonte 128 - Fundo de Reequipamento do Fisco - Funrefisco;

Fonte 129- Taxas de Polícia - Funrespol;

Fonte 131 - Programa de Assistência ao Menor e de Natureza Social - Lei nº 11.091/95;

Fonte 132 - Pesquisa Científica e Tecnológica;

Fonte 138 - Taxa Ambiental;

Fonte 139 - Fundo de Modernização da Polícia Militar - FUMPM;

Fonte 141 - Retorno de Programas Especiais - FDU;

Fonte 146 - Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná - FUNCB.

Convênios do Tesouro - Código 09, compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 107 - Convênios com Órgãos Federais;

Fonte 133 - Convênios com o Exterior;

Fonte 148 - Outros Convênios.

Operações de Crédito do Tesouro - Código 15, compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 120 - Operações de Crédito Internas;

Fonte 121 - Operações de Crédito Externa - BID V;

Fonte 130 - Operação de Crédito Externa - Paraná 12 Meses/BIRD;

Fonte 136 - Operação de Crédito Externa - Proem/BID;

Fonte 137 - Operações de Crédito Externa - Paraná UrbanoII/BID;

Fonte 140 - Operação de Crédito Externa Vinculada - Saneamento Ambiental - Paranasan/JBIC;

Fonte 142 - Outras Operações de Crédito Externas.

Salário Educação - Código 16, compreendendo a seguinte fonte:

Fonte 116 - Cota-Parte da Contribuição do Salário Educação - Cita Estadual.

Fundef - Código 45, compreendendo a seguinte fonte:

Fonte 145 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Recursos de Outras Fontes - Código 95, compreendendo as seguintes fontes:

Fonte 250 - Diretamente Arrecadados;

Fonte 251 - Operação de Crédito Interna;

Fonte 252 - Operação de Crédito Externa;

Fonte 253 - Cota-Parte das Rendas das Loterias Estaduais;

Fonte 254 - Multas por Infração ao Código de Trânsito Brasileiro - Funrestran;

Fonte 255 - Transferências da União - SUS;

Fonte 256 - Reposição Florestal - Serflor;

Fonte 260 - Multas ambientais - Fema (Fundo Estadual de Meio Ambiente)

Fonte 270 - Aumento de Capital Social;

Fonte 281 - Convênios com Órgãos Federais;

Fonte 283 - Convênios com o Exterior;

Fonte 284 - Outros Convênios;

Fonte 292 - Cota-Parte da Contribuição do Salário Educação.

Art. 11 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual será apresentado segundo os seguintes Grupos de Natureza de Despesa:

DESPESAS CORRENTES

Pessoal e Encargos Sociais

Juros e Encargos da Dívida

Outras Despesas Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

Investimentos

Inversões Financeiras

Amortização da Dívida

Art. 12 - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de economia Mista não Dependentes terá o seu programa de trabalho e a discriminação da despesa destacados por projeto/atividade segundo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos.

Art. 13 - Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Estado, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal, ocorridas após o encaminhamento da LDO/2004 à Assembléia Legislativa.

Art. 14 - O programa de Obras será apresentado por Unidade Orçamentária, Projeto/Atividade, de forma detalhadas e individualizada com seus respectivos custos, em cumprimento ao disposto no parágrafo 7º do artigo 133 da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 15 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembléia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no inciso III do artigo 22 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado, conterá:

I - exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômica-financeira do Estado e outras informações consideradas relevantes à análise da Proposta Orçamentária;

II - texto da lei;

III - anexo I contendo a legislação da Receita de Recolhimento Centralizado e Descentralizado e quadros resumos das receitas referentes ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orça-

mento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes;

IV - anexo II contendo resumos gerais das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, segundo os grupos de fontes de recursos e as modalidades de aplicação;

V - anexo III contendo o Orçamento Fiscal, composto pelos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, a que se refere o artigo 133, parágrafo 6º, incisos I e II da Constituição Estadual;

VI - anexo IV contendo o Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista não Dependentes, a que se refere o artigo 133, parágrafo 6º, inciso III da Constituição Estadual;

VII - anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme o disposto no parágrafo 7º do artigo 133 da Constituição do Estado do Paraná.

### Capítulo V

#### Das Diretrizes Gerais para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Estado

Art. 16 - A elaboração do projeto de lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2004 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

Parágrafo Único - O Poder Executivo deverá estabelecer uma programação orçamentário-financeira, visando o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

Art. 17 - Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas é superior à realização das receitas, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º - Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder e do Ministério Público.

§ 2º - Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público o montante que caberá a cada um tornar indispensável para empenho e movimentação financeira.

§ 3º - No caso de os Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput* deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros a serem repassados, segundo a realização efetiva das receitas no bimestre.

Art. 18 - As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 19 de setembro de 2003, para a consolidação do Orçamento Geral do Estado.

Art. 19 - As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites percentuais, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.

Art. 20 - As despesas de programas custeados com financiamento em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa oficial de câmbio vigente em 30 de junho de 2003.

Art. 21 - A parcela das transferências constitucionais aos municípios, incorporadas na Receita Centralizada do Tesouro Estadual, será programada na despesa da Administração Geral do Estado - Recursos sob supervisão da Sefa.

Art. 22 - A receita proveniente da Quota Estadual do Salário Educação, de acordo com a Lei Estadual nº 13.116, de 08 de março de 2001, terá uma parcela destinada aos municípios, proporcionalmente ao número de alunos matriculados no ensino fundamental. Esta parcela destinada aos municípios será programada na despesa do orçamento da Secretaria de Estado da Educação.

Art. 23 - Na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;

III - incluídas despesas a título de Investimento em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do artigo 167, parágrafo 3º da Constituição Federal e do artigo 135, parágrafo 2º da Constituição Estadual.

IV - classificadas como atividades dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do governo, bem como, classificadas como projetos ações de duração continuada;

V - incluídas em projetos ou atividades despesas caracterizadas como operações especiais.

Art. 24 - As receitas dos Órgãos e Entidades controlados direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo Único - Incluem-se nas receitas citadas no *caput* deste artigo, as receitas de arrecadação própria das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes.

Art. 25 - Os recursos do Tesouro Geral do Estado, destinados às Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes não comporão o Demonstrativo de Receitas Próprias destas entidades, para evitar duplicidade, apenas serão demonstrados na sua totalidade de forma a facilitar o entendimento da apresentação do programa de trabalho com seus custos.

Art. 26 - O Orçamento Fiscal conterá projetos/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, que receberão recursos do Estado e apresentarão apenas o seu Orçamento de Investimento.

Art. 27 - O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes compreenderá as receitas oriundas do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta Investimento.

Art. 28 - A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2004 a 2007.

Art. 29 - As despesas destinadas ao pagamento de precatórios judiciais correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais específicas nas Unidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos.

§ 1º - Os recursos alocados no Projeto de Lei Orçamentária com destinação prevista ao contido no *caput* deste artigo, não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade.

§ 2º - Os Órgãos e as Unidades encaminharão ao Executivo, até o dia 20 de julho de 2003, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 1º de julho de 2003, a serem incluídos no orçamento de 2004, especificando:

- número da ação originária;
- número do precatório;

- tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);

- enquadramento (alimentar ou não alimentar);

- data da inscrição do precatório no órgão/unidade;

- nome do beneficiário;

- valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 2003, conforme artigo 98, parágrafo 3º da Constituição do Estado do Paraná);

- cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Art. 30 - Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer desvinculação por lei.

§ 1º - A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação todos os recursos de transferências intergovernamentais, inclusive os oriundos de convênios.

§ 2º - A execução orçamentária de despesa provenientes de acordo, convênios ou atos similares intragovernamentais, serão realizadas no Poder Executivo, excluídas as entidades estaduais prestadoras finais de serviços, por meio de Movimentação de Crédito, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e na Portaria nº 328 STN, de 27 de agosto de 2001 e Decreto Estadual nº 5.265, de 25 de janeiro de 2002, e demais normas em vigor, ficando facultadas aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público a sua utilização.

Art. 31 - O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, por órgão, agrupando-se as fontes vinculadas e não vinculadas, após a publicação da Lei Orçamentária Anual.

Art. 32 - O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, ficando vedada a aplicação do artigo 78, parágrafo segundo dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 30, em relação às Receitas Tributárias, por força da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 33 - O Saldo Financeiro verificado em 31/12/2003, proveniente da diferença entre as cotas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada, deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado até 31/01/2004.

Art. 34 - A Lei Orçamentária Anual conterá reserva de contingência com montante definido com base

na receita corrente líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

## **Capítulo VI**

### **Das Disposições sobre as Alterações na Legislação Tributária**

Art. 35 - Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 31 de dezembro de 2003, em especial:

I - as modificações na Legislação Tributária decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;

II - a concessão e redução de isenções fiscais;

III - a revisão de alíquotas dos tributos de competência; e

IV - aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

§ 1º - Para fins deste artigo dever-se-á observar o disposto no artigo 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 2º - Do cálculo da Receita Corrente Líquida serão excluídos os valores referentes a diferimento ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o artigo 14, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

## **Capítulo VII**

### **Das Disposições Relativas às Despesas do Estado com Pessoal e Encargos Sociais e Outras Despesas Correntes, com Base na Receita Corrente Líquida**

Art. 36 - No exercício financeiro de 2004 as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do Estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% (sessenta por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º - Os órgãos do Poder Legislativo, do Poder Judiciário, do Poder Executivo e do Ministério Público assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2º - A repartição dos limites globais, de acordo com o artigo 20, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, não poderá exceder os seguintes percentuais:

a) 3% (três por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas;

b) 6% (seis por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Judiciário;

c) 49% (quarenta e nove por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Executivo;

d) 2% (dois por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Ministério Público Estadual.

§ 3º - As despesas com Pessoal e Encargos Sociais, dos Poderes e do Ministério Público, deverão enquadrar-

se também no disposto no artigo 71 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 4º - O Estado poderá conceder reposição salarial desde que respeitados os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal e com as ressalvas previstas no item I, parágrafo único do artigo 22 da referida lei.

Art. 37 - O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo será estabelecido dentro de um limite de gastos considerado necessário para manter o ajuste fiscal do Estado.

## **Capítulo VIII**

### **Das Disposições Relativas à Destinação de Recursos Provenientes de Operações de Crédito**

Art. 38 - O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento.

Parágrafo Único - As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 39 - As Coordenações dos Programas Financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que o valor de empréstimo pretendido para o exercício de 2004, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida que o Estado pode oferecer.

Art. 40 - a Agência de Fomento do Paraná S.A., que tem por objetivo proporcionar suprimento dos recursos financeiros de curto e médio prazo, pertinentes aos programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, observará as seguintes prioridades:

I - impulsionar a política de emprego e geração de renda no território paranaense, com a concessão de microcrédito ao empreendedor agrícola, industrial e comercial;

II - ampliar oportunidades às pessoas que não têm acesso às formas tradicionais de financiamento, até mesmo para aquelas que trabalhem na informalidade;

III - fomentar investimentos em atividades no setor de turismo;

IV - prestar assistência financeira aos planos e ações de promoção ao desenvolvimento urbano, regional e municipal;

V - promover a recuperação dos ativos sob sua custódia.

## **Capítulo IX**

### **Disposições Transitórias**

Art. 41 - O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2004, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser

aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

## **Capítulo X**

### **Demais Disposições**

Art. 42 - As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas de conformidade com o disposto no artigo 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 43 - O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa (QDD), por projetos, atividades e operações especiais, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos, se for o caso, na forma do disposto no artigo 5º desta lei.

Art. 44 - Integram a presente lei, de acordo com o disposto no artigo 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

Art. 45 - Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.

Art. 46 - Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

Art. 47 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.06.2003.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Apoiamento:

José Maria Ferreira, André Vargas, Fernando Ribas Carli, Durval Amaral e Ademar Traiano.

## **ANEXO I - METAS FISCAIS**

### **1 - Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Ano Anterior**

Como desdobramento do Contrato de Refinanciamento de Dívidas nº 11/98 STN/COAFI/MF firmado com a União em 31/03/1998, o Estado aderiu ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal em outubro daquele ano, sendo que o principal enfoque que embasou os entendimentos entre o Estado do Paraná e o Governo Federal, foi

o compromisso de ações de planejamento e políticas para o comportamento futuro das finanças públicas estaduais, a fim de obter-se o equilíbrio sustentado das contas públicas ao longo do tempo.

O Programa compõe-se de seis principais metas fiscais que atendem tanto ao desempenho das contas públicas, quanto aos aspectos de modernização administrativa e reforma do Estado. No período de 1998 a 2002, o Estado passou de déficit para superávit primário para sustentar os encargos decorrentes do Contrato de Refinanciamento, considerando-se a execução do Tesouro Estadual na metodologia e sistemática específicas do Programa.

Nos anos recentes, nos exercícios de 2000-2002, o Estado cumpriu as metas de caráter financeiro, sendo que o processo de reequilíbrio teve continuidade no ano de 2002, apesar da conjuntura adversa decorrente de choques econômicos (energia elétrica, petróleo, taxa de câmbio e financiamento externo). Nesse período alguns eventos aumentaram o estoque da dívida tais como antecipação de royalties de Itaipu, utilizados para capitalização do Parana Previdência, os financiamentos externos dos Programas Paraná Urbano II e PIT e o aumento no IGP-DI e taxa de câmbio, que são indexadores da dívida de longo prazo.

Em decorrência desses eventos, apesar da manutenção de superávits primários, a evolução da relação dívida/PIB foi crescente passando de 0,116 em 2001 para 0,15 em 2002 (ver Tabela 1).

### **2. Demonstração das Metas Fiscais Anuais**

As metas para o triênio 2004-2006 visam ao fortalecimento da política fiscal do Estado do Paraná, elemento primordial para sustentar o pagamento do serviço da dívida e resgatar a capacidade de investimento estadual, permitindo com isso o fomento ao crescimento econômico e a geração de emprego e renda.

Para tal torna-se necessária a manutenção de superávits primários positivos no período 2003-2006, que permitirão a redução gradual de relação dívida/PIB e da participação relativa dos juros e amortizações no orçamento do Estado, de modo a criar as condições para o incremento dos investimentos e para o fortalecimento da capacidade de execução de programas finalísticos de bem-estar.

Com esses objetivos, a manutenção de superávit primário médio em torno de 1% do PIB-Paraná entre 2004 e 2006, permitirão uma redução da relação dívida/PIB de 0,150, ao final de 2002, para 0,116 em 2006 (ver Tab. 1).

Este esforço fiscal previsto supõe: a manutenção das condições do Programa de Ajuste Fiscal, firmado com o Tesouro Nacional, e que deverá ser renovado em 2003; das condições e cronogramas pactuados junto a organismos multilaterais dos financiamentos externos; e mínima contratação de novos financiamentos dado o elevado comprometimento da capacidade de pagamento de dívidas em 2003.

**Tabela 1 - Indicadores em relação ao PIB do Paraná**

Indicador	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Resultado Primário/PIB	0,40%	0,70%	0,25%	0,92%	1,23%	1,11%
Dívida/PIB	0,116	0,150	0,140	0,136	0,126	0,116

Essas metas fiscais são coerentes com uma previsão de crescimento do PIB paranaense de 2,5% em 2003, 3,5% em 2004 e 4,5% a partir de 2005. Ou seja de retomada gradual do crescimento econômico estadual. Essa hipótese é compatível com as metas de crescimento do PIB brasileiro e supõe que os efeitos dos choques sofridos pela economia brasileira nos dois últimos anos (oferta de energia elétrica, preços do petróleo e taxa de câmbio) serão em grande parte absorvidos até o término de 2003. Daí em diante o crescimento econômico será retomado paulatinamente.

Em decorrência desses choques econômicos, no final de 2002 e início 2003, ocorreu também o recrudescimento dos índices de inflação em 2002 e indicando-se uma expectativa de inflação mais elevados em 2003. A partir de 2004 espera-se redução expressiva nos índices de preço, em especial com o controle dos efeitos inerciais dos anos anteriores.

Desse modo considerou-se a previsão de inflação de 9,5% em 2003, 4,5% em 2004 e de 4% a partir de 2005. (Ver Tabela 2).

**Tabela 2 - Inflação e crescimento do PIB do Paraná**

Indicador	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Crescimento PIB/PR	6,2%	- 0,2%	2,5%	3,5%	4,5%	4,5%
Inflação	7,6 %	12,5%	9,5%	4,5%	4,0%	4,0%

Em relação às estimativas de receitas para o período 2003-2006, foram considerados a evolução do PIB do Paraná, inflação, retorno dos recursos do programa Paraná Mais Empregos, esforço fiscal e desenvolvimento dos projetos na área de arrecadação. Os índices de inflação e PIB considerados foram os mencionados na Tabela 2. Para fins de cálculo do ICMS, o percentual de evolução do PIB foi depreciado em 45%, ou seja, apenas 55% da evolução do PIB foi considerado como fator determinante de acréscimo no imposto.

Os valores do programa Paraná Mais Empregos estão fundamentados nos quadros de acompanhamento do programa. E a estimativa de esforço fiscal tem como base os projetos em andamento na composição receita tributária do Estado.

Os projetos em andamento na área de arrecadação resultam em impactos positivos na arrecadação e na redução da evasão e sonegação fiscal. A principal medida de incremento de receita é o acompanhamento e fiscalização de grandes contribuintes do Paraná, que visa garantir a manutenção dos níveis de arrecadação evitando quedas injustificadas de receitas originárias nesses contribuintes. As demais medidas de incremento da receita consistem no acompanhamento setorial da arrecadação, na reformulação do programa de gerenciamento das Fichas de Controle de Fiscalização (FCF), na realização de operações volantes conjuntas nas principais rodovias paranaenses, no acompanhamento, avaliação e divulgação das ações de

cobrança de débitos pendentes e no monitoramento dos demais contribuintes.

A alteração do regime das microempresas é a única medida que pode trazer impactos negativos na arrecadação. Por outro lado se considerarmos a redução da evasão e sonegação fiscal decorrentes do grau de eficácia das ações previstas nas medidas adotadas, o resultado poderá ser positivo.

No que se refere às despesas, o elevado comprometimento com despesas fixas, de caráter permanente e continuado, têm restringido as disponibilidades para investimentos e execução de programas, itens como despesas de pessoal e encargos sociais, serviço da dívida, transferências a municípios, pagamentos de precatórios, PASEP, contrapartidas de empréstimos externos e as vinculações constitucionais e legais a órgãos e programas, são responsáveis por mais de 85% das despesas totais consignadas no orçamento. Esse fato reforça a necessidade do compromisso com a racionalização de despesas, em especial as discricionárias e com os princípios da responsabilidade fiscal permanente.

Coerente com esses princípios, considera-se a realização de adequações administrativas e funcionais da força de trabalho, de forma a orientar-se para as efetivas funções do Estado, mediante a capacitação e a valorização do funcionalismo estadual dentro dos princípios legais e orçamentários. Para os próximos anos, a evolução das despesas de pessoal e encargos sociais estarão sujeitas a um aumento vegetativo estimado em 2% ao

ano, além de ajustes e readequações dos diversos quadros de pessoal que podem resultar em um acréscimo em até 5% na folha de pagamento no próximo ano.

O serviço da dívida que inclui os pagamentos com juros e amortizações, estará comprometido essencialmente com as obrigações decorrentes do Programa de Ajuste Fiscal, firmado com a União, e com os pagamentos da dívida externa junto ao BIRD/BID. Sua projeção é efetuada de acordo com os cronogramas, índices e parâmetros próprios de cada contrato em andamento.

Entre as vinculações constitucionais e legais cabe mencionar o aporte adicional de recursos a partir de 2004, para atendimento ao art. 198 e art. 77, inciso II do ADCT, da Constituição Federal, que determina a aplicação mínima em 12% das receitas mencionadas naqueles artigos em ações e serviços públicos de saúde. Em 2003, o percentual era de 10,75%, que implicará em redistribuição dos recursos orçamentários para o seu cumprimento, aumentando a rigidez orçamentária dadas as vinculações já existentes.

Com base nestas constatações, dado o alto comprometimento com o pagamento do serviço de dívidas passadas, o que restringe a capacidade de obtenção de novos financiamentos e o direcionamento específico dos investimentos das empresas estaduais, o resgate da capacidade de investimento estatal com recursos próprios é o elemento fundamental para retomada do desenvolvimento do Estado do Paraná nos próximos anos. Para realizar esta estratégia, a manutenção de superávits primários é o elemento fundamental que permitirá sua implementação.

### **3. Evolução do Patrimônio Líquido**

Para estabelecimento do patrimônio do Estado deverá ser desenvolvido um sistema de gerenciamento, mediante o cadastramento imobiliário e mobiliário dos próprios do Estado.

Como resultado dos esforços já empreendidos e consignados nas Leis de Diretrizes Orçamentárias de exercícios anteriores, constata-se a existência de controles e bases de dados dispersas nas diversas áreas de atuação do Estado referidas ao seu patrimônio imobiliário, como por exemplo: registros contábeis e financeiros, registro cartográfico e geoprocessado de grande parte do território paranaense, registro de áreas de proteção e preservação ambiental, registros da implantação de programas de desenvolvimento urbano, inclusive na Região Metropolitana de Curitiba, registros e anotações existentes nos processos de desapropriação e adjudicação junto ao DER, Decom, Fundepar, PGE e Poder Judiciário, assim como a disponibilidade de arquivos e documentos não devidamente tratados junto à coordenadoria do Patrimônio do Estado, da Secretaria de Estado da Administração.

Além disso, existem fortes determinantes da propriedade estatal junto às prefeituras e concessionárias de serviço público estaduais, que constituem subsídios para confirmação e uniformização do panorama patrimonial estadual.

De acordo com as diretrizes de modernização administrativa, em busca de organização do setor com a superação da deficiência dos cadastros hoje existentes, a SEAP deverá reunir e compatibilizar as informações constantes dos registros e bases de dados já disponíveis para implantação de um sistema de gerenciamento com abrangência única, sem perder as peculiaridades de cada uma das bases, com a obtenção de respostas adequadas aos questionamentos existentes, no menor espaço de tempo possível. Neste particular, adequar as ferramentas já ofertadas pelo órgão estadual de informática que ainda não foram utilizadas para apropriação dos mencionados registros e constante alimentação.

Ainda se faz necessário lançar as avaliações correntes ao respectivo patrimônio e a descrição detalhada de benfeitorias de qualquer ordem, que permitam melhor suprimento das necessidades dos órgãos públicos espalhados por todo o território paranaense.

Com isto, pretende-se, não só a disponibilidade de dados cartoriais ou contábeis como também a racionalização dos procedimentos de cessão de uso de bens do Estado a terceiros, inclusive prefeituras e entidades particulares, bem como das locações.

Efetivar, de forma concomitante, a regularização cartorial onde for evidenciada a insuficiência de transcrição formal em nome da pessoa jurídica de direito público.

### **4. Evolução da situação financeira e atuarial dos regimes de previdência**

O total de ativos do Fundo de Previdência, regime de previdência social e próprio dos servidores, gerido pela Paraná Previdência, aumentou de R\$1,897 bilhões em dezembro de 2001, para R\$2,960 bilhões em dezembro de 2002, o que representa uma variação de 56% no ano, sendo que, 93,8% do total da variação, equivalente a R\$996,6 milhões correspondem à valorização dos Certificados Financeiros do Tesouro.

#### **LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO DE 2004**

##### **ANEXO DE METAS FISCAIS**

(Artigo 4º § 1º da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000)

#### **DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO**

Resultado primário representa a diferença entre as receitas fiscais e as despesas fiscais. O resultado primário é o valor não financeiro, representado pela diferença entre as receitas não financeiras e as despesas não financeiras.

**RECURSOS GLOBAIS (TESOURO + RECURSOS PRÓPRIOS) - VALORES CORRENTES**

Em R\$1000

Especificação	2000		2001		2002	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
I - Receita Fiscais	7.717.080	11,70%	8.462.802	11,22%	9.270.567	11,61%
II - Despesas Fiscais	7.414.692	11,24%	8.163.427	10,82%	8.709.399	10,91%
III - Resultado Primário (I-II)	302.388	0,46%	299.375	0,40%	561.168	0,70%

2003		2004		2005		2006	
Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
10.272.773	11,47%	10.726.153	11,07%	11.589.123	11,00%	12.214.277	11,60%
10.049.448	11,22%	9.834.636	10,15%	10.291.573	9,77%	10.946.820	9,56%
223.325	0,25%	891.517	0,92%	1.297.550	1,23%	1.267.457	1,11%

**RECURSOS GLOBAIS (TESOURO + RECURSOS PRÓPRIOS) - VALORES CORRENTES A PREÇOS 2003**

Em R\$1000

Especificação	2000		2001		2002	
	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
I -Receita Fiscais	9.644.162	11,70%	9.822.784	11,22%	10.151.271	11,61%
II-Despesas Fiscais	9.266.263	11,24%	9.475.299	10,82%	9.536.792	10,91%
Iii - Resultado Primário (I-II)	377.899	0,46%	347.485	0,40%	614.479	0,70%

2003		2004		2005		2006	
Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB	Valor	% PIB
10.272.773	11,47%	10.264.254	11,07%	10.663.560	11,00%	10.806.425	11,60%
10.049.448	11,22%	9.411.128	10,15%	9.469.639	9,77%	9.685.059	9,56%
223.325	0,25%	853.126	0,92%	1.193.921	1,23%	1.121.366	1,11%

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O  
EXERCÍCIO DE 2004  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
(Artigo 4º, Parágrafo 1º da Lei Complementar nº 101, de  
4 de maio de 2000)

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL  
O resultado nominal representa a diferença entre o  
saldo da dívida fiscal líquida acumulada no final do exer-  
cício e o saldo da dívida fiscal líquida do final do exercí-  
cio anterior.



Em R\$ 1000

ESPECIFICAÇÃO	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
I - Dívida Interna	7.604.507	7.022.464	9.432.006	9.649.073	10.164.440	10.361.800	10.468.185
II - Dívida Externa	1.613.452	1.708.639	2.576.217	2.888.136	3.013.750	2.890.039	2.821.591
III - Total do Saldo Devedor (I+II)	9.217.959	8.731.103	12.008.223	12.537.209	13.178.190	13.251.839	13.289.776
Resultado Nominal	1.208.836	- 486.856	3.277.120	528.986	640.981	73.649	37.937

## ANEXO II - RISCOS FISCAIS

O ano de 2003 promete ser marcado por grandes mudanças. A posse de um novo presidente da República parece ter dado novo impulso às necessárias reformas estruturais da economia.

A necessidade da implantação da reforma tributária é consensual entre os dirigentes do setor público e do setor privado. No entanto, os conflitos de interesse pode levar, em primeira instância, a uma discussão apenas no âmbito do ICMS.

O ICMS por ser um tributo de competência estadual, tem uma legislação para cada unidade federada. A unificação da legislação e a padronização das alíquotas são os passos mais importantes, pois se mostram como os grandes entraves para a realização de operações interestaduais.

Apesar dos avanços, muitas questões ainda são objeto de discussão, especialmente a definição da cobrança do tributo na origem ou no destino da mercadoria. Apesar da reforma tributária configurar-se em um risco fiscal, ainda não é possível mensurar o seu impacto financeiro para Estados, em decorrência das várias alternativas possíveis ainda em discussão.

Por conta dessas incertezas quanto ao futuro tributário do País e do Estado, pode-se apenas vislumbrar seus resultados em termos de ajustes das finanças estaduais. Caso a reforma tributária implique em redução na arrecadação estadual, em especial do ICMS, haverá a necessidade de se adequar as despesas à nova configuração das receitas.

## COMISSÃO DE ORÇAMENTO PROJETO DE LEI Nº 209/2003

### P A R E C E R :

Trata-se do Projeto de Lei nº 209/2003, oriundo da Mensagem Governamental nº 05/2003, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício de 2004.

À Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, para o exercício de 2004, foram apresentadas um total de 35 (trinta e cinco) emendas, das quais foram acolhidas 10 (dez) e não acatadas 25 (vinte e cinco) emendas.

As emendas acatadas, o foram face à sua absoluta compatibilidade com as disposições constitucionais e

legais atinentes à matéria orçamentária, além de reforçarem as prerrogativas do Poder Legislativo quanto à fiscalização orçamentária.

Procurou-se incorporar ao texto todas aquelas emendas que total ou parcialmente, retratavam com fidelidade e valorizavam a função fiscalizadora desta Casa de Leis.

Quanto às emendas que não foram acatadas, a rejeição se deu em face de motivos como: a incompatibilidade com a estrutura da norma à Lei Plurianual - PPA, inoportunidade da proposta - já que em muitos dos casos o momento tecnicamente adequado para proceder às alterações nelas indicados será quando da apreciação, por este Poder, da Lei Orçamentária e PPA - ou ainda por infringirem dispositivos da Constituição Estadual, Portaria interministerial nº 163/2001 bem como da Lei nº 4.320/86, que versa sobre matéria orçamentária.

Desta maneira, o Substitutivo apresentado vem em consonância com as Constituição Federal e Estadual e já adaptada à "Lei de Responsabilidade Fiscal", dando continuidade ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal do Estado, e seqüência à política das contas públicas no Paraná.

Observadas tais premissas e diante da observância, pela LDO, das disposições legais e constitucionais atinentes à matéria orçamentária, somos de parecer favorável à sua aprovação, na forma do Substitutivo Geral em anexo.

Sala das Comissões, em 18.06.2003.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 1312, de autoria do senhor deputado Doutor Luciano, com apoio dos senhores deputados Ratinho Júnior, Nelson Garcia, Ademar Traiano e demais senhores deputados, constante do expediente, solicitando destaque na votação da Emenda nº 02, apresentada ao referido projeto, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2004. **Aprovado.**

Está em votação o Substitutivo Geral, ressalvada a emenda. **Aprovado o Substitutivo Geral.**

Ainda, sobre o referido projeto, Emenda Aditiva de Plenário, de nº 02, de autoria dos senhores deputados

Doutor Luciano e André Vargas, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE Nº 02  
PROJETO DE LEI Nº 209/2003  
MENSAGEM Nº 005/2003**

Ao projeto: Mensagem do Executivo nº 005, de 15 de abril de 2003.

Emenda Aditiva nº

Acrescente-se ao Artigo 23, Inciso de nº VI e Alíneas, no seguinte teor:

“VI - consideradas como despesas de ações e serviços de saúde os seguintes gastos:

- a) assistência à saúde de clientela fechadas;
- b) merenda escolar;
- c) saneamento básico realizado por órgãos da administração direta e indireta com recursos provenientes de taxas ou tarifas;
- d) limpeza urbana e remoção de resíduos sólidos (lixo);
- e) preservação e correção do meio-ambiente, realizada pelos órgãos de meio-ambiente do Estado ou por entidades não governamentais;
- f) ações de assistência social não vinculada diretamente à execução das ações e serviços dos órgãos de saúde do Sistema Único de Saúde”.

Sala das Sessões, em 23.06.2003.

(aa) DOUTOR LUCIANO  
ANDRÉ VARGAS

Apoiamento:

Pedro Ivo Ilkiv, Jocelito Canto, Miltinho Pupio, Duílio Genari, Nelson Garcia, Francisco Bühner, Elton Carlos Welter, José Maria Ferreira, Elio Rusch, Luiz Accorsi, Chico Noroeste, Neivo Beraldin, Ailton Araújo, Plauto Miró Guimarães, Mauro Moraes, Ademar Traiano, Augustinho Zucchi, Fernando Ribas Carli, Ratinho Júnior, Hermes Fonseca, Reni Pereira, Cida Borghetti, Durval Amaral, Hermas Brandão, Waldir Leite, Pastor Edson Praczyk, Vanderlei Iensen, Barbosa Neto, Luiz Fernandes da Silva Litro, Arlete Caramês, Alexandre Curi, Delegado Bradock, Padre Paulo Campos e Artagão Júnior.

**O SR. 1º SECRETÁRIO (Delegado Bradock)**  
**(Lê a emenda)**

**O SR. DOUTOR LUCIANO**

Para esclarecimento, senhor presidente.

**(Assentimento)**

Eu queria saber se vai ser votado, discutido e votado agora.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Vai ser votada a emenda. Pode ter encaminhamento de votação.

**O SR. DOUTOR LUCIANO**

Para encaminhar, senhor presidente.

**(Assentimento)**

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, essa emenda que propusemos é assinada por mim e pelo deputado André Vargas, visa regulamentar o que pode ser considerada despesa, com o SUS, no Estado do Paraná.

Essa luta é histórica, que vem desde 1993, na Câmara Federal, com os deputados Eduardo Jorge e Valdir Pires, que em setembro do ano de 2000 conseguimos aprovar em nível nacional, a Emenda 29, que garante a vinculação de recursos para a área de saúde, dizendo que os municípios devem gastar pelo menos até 15% de suas receitas líquidas correntes, a partir do ano que vem e que os Estados devem gastar, no mínimo, 12% das receitas líquidas correntes no ano que vem. Nessa Emenda 29 existe uma Portaria do Ministério da Saúde definindo, claramente, o Ministério da Saúde e o Conselho Nacional de Saúde, o que são ações de saúde. Tem uma emenda que foi apresentada pela Bancada do PT, que define o que são despesas da área da saúde.

Temos visto ao longo do tempo, nesses últimos anos, que o Estado do Paraná é um dos Estados que menos investe na área da saúde e de uma forma muito negativa é o segundo pior Estado, em investimento nesse setor. O ano passado, toda a sociedade paranaense, os conselhos municipais de saúde, os conselhos de secretários municipais, o Conselho Estadual de Saúde, estiveram nesta Casa pedindo apoio a diversos deputados, à Casa, que o investimento na área da saúde fosse de acordo com a lei e que fosse aplicado em ações de saúde, vinculados ao Sistema Único de Saúde. O que estamos vendo? Que o que vem sendo considerado afins de contabilidade e como despesa da área da saúde são ações, que não são de competência do setor de saúde. Estão mascarando o orçamento da área da saúde.

Estão considerando como despesa da área da saúde saneamento básico, saneamento executado pela Sanepar e que cobra a tarifa. Isso dá em torno de 210 milhões, por ano, que são subtraídos do orçamento da saúde. O IPE que também é uma obrigação do Estado, que é vinculado à Secretaria da Administração também vem considerado como despesa do setor de saúde. Só nesses dois itens sem considerar os demais, a saúde perde 300 milhões, por ano, no seu orçamento. Por isso é que temos baixos investimentos no setor.

Por isso, que os municípios do Estado do Paraná, na sua grande maioria, investem o seu orçamento próximo dos 15% ou mais do que 15% do seu orçamento, na área da saúde, na saúde da família, nos agentes comunitários, na farmácia básica, enquanto que o Estado não pode dar junto esse apoio aos municípios, para que possa o sistema de saúde avançar.

Não dá para falar em regionalização e não dá para falar em centro de especialidades, sem ter mais recurso financeiro. Não dá para falar em ampliação da saúde da família e em diversas ações do setor. Por isso é que fize-

mos essa emenda, que é para defender o sistema de saúde do Estado do Paraná, para garantir esses recursos, que vão atender, principalmente, o interesse de quem? Das pessoas mais pobres, das que mais precisam, que têm dificuldade de acesso aos serviços de saúde. Queremos com isso garantir que a Secretaria da Saúde tenha condições e recursos financeiros, para que o governo cumpra com seus compromissos de campanha e que o setor, realmente, seja respeitado.

E queria pedir aqui apoio, apoio a todos os deputados, a todas as Bancadas aqui, independente de Partido, a Bancada da Situação, a Bancada Independente, a Bancada de Oposição e de uma forma muito especial queria pedir apoio à Bancada do PT, porque a Bancada do PT tem sido, que puxou historicamente esta luta, tanto a nível nacional, como a nível de Estado do Paraná, como os Partidos de esquerda, como o PSB e o PPS.

Então, nós precisamos juntos estarmos aprovando, aprovando esta emenda para podermos garantir esses recursos, para nós sairmos, para mostrar que o nosso discurso é igual à nossa prática.

Então, peço apoio aos Partidos no sentido de aprovar esta emenda que vai garantir o recurso para a área da saúde.

Obrigado, senhor presidente.

#### O SR. BARBOSA NETO (Para Encaminhar)

Só gostaria de dizer que vem em boa hora um projeto desta iniciativa e desta capacidade para fazer justiça, principalmente numa das áreas mais precárias, não apenas do nosso Estado, mas do nosso País. Os jornais de hoje estampam que os principais hospitais de Curitiba estão na UTI, isto se falando de uma Capital do Estado e é a mesma e triste situação de penúria até que nós encontramos a saúde nos pequenos e médios municípios do nosso Estado.

Por isso a gente tem que louvar a iniciativa do deputado Luciano Ducci, do deputado André Vargas e nós estamos também, em nome do Bloco Independente, assinando essa proposição e vamos votar não só pelo apoio, mas que ela seja aprovada por esta Casa.

#### O SR. MARCOS ISFER (Para Encaminhar)

Senhor presidente, senhores deputados, venho encaminhar esta emenda, porque nós, como relatores da Lei de Diretrizes Orçamentárias, por designação da Comissão, que tem na sua presidência o nosso colega e companheiro, deputado Ademir Bier, tomamos o cuidado de fazer a discussão de toda a Lei de Diretrizes Orçamentárias, tomamos o cuidado de ir em busca de cada uma das emendas. Entendemos a proposição que vem assinada pelo deputado Luciano Ducci, juntamente com outros deputados, e sabemos da dificuldade que tem de que isto seja estabelecido neste momento.

Vejam os senhores, o Estado do Paraná não cumpria sequer com os índices que lhe eram atribuídos através de lei para a saúde. Vem já nesta Lei de Diretrizes

Orçamentárias uma determinação do governo para que sejam aplicados os 12% que fazem texto legal. Lembrem-se os senhores que nos anos anteriores esse texto legal não veio dentro da Lei de Diretrizes Orçamentárias e tampouco foi cumprido, da mesma forma como não foi cumprido o índice de 25% relativo a educação.

Ora, senhores, se nós atribuirmos 12% para a saúde, 25% para a educação, mais os índices dos poderes independentes, Legislativo, Judiciário e Ministério Público, e lá também constam, nós estaremos com praticamente 60% do orçamento do Estado já todo ele comprometido, com os fundos, fundo Paraná, de tecnológico com a área de saúde e com a área também da saúde. Se nós retirarmos daqui como quer a proposição do nobre companheiro Luciano Ducci, o item de saneamento básico, que é sim, saúde, ora, nós todos defendemos sempre que saneamento básico é uma ação preventiva na área da saúde. Somente com saneamento básico nós teremos uma melhor saúde, é dito e repetido por inúmeros companheiros, que tudo que é investido na área de saneamento reduz o custo para a área de saúde no futuro, para a saúde curativa, saúde preventiva; da mesma forma se nós retirarmos daqui a assistência à saúde da clientela fechada, ou seja, daquele que até ontem eram servidores atendidos pelo IPE e hoje são atendidos pelo Plano Único de Saúde, estaremos inviabilizando o orçamento do Estado do Paraná.

Não há como corrigirmos todas as mazelas de uma única vez. Acredito que esta discussão seja importante. Acredito que o momento é oportuno; teremos ainda o plano plurianual que dentro em breve será remetido a esta Casa para uma maior discussão das ações do governo que ora passa a governar o Estado do Paraná, do governo Requião, que deverá, nos próximos quatro anos, definir metas e programas, e também é o momento correto para que se traga essa discussão mais a fundo.

Quero deixar claro, deputado Luciano, que não há nada contra a emenda, e sim quanto à possibilidade de complementação, neste momento, isso tornaria inviável o orçamento do Estado. Nós já estamos querendo que o Governo Requião cumpra os 25% da Educação, que até o momento, o passado governo não vinha cumprindo; nós queremos que cumpra os 12% da Saúde, índice que nunca foi cumprido pelo governo. Nós queremos que cumpra, sim, todos os índices e que tenha ainda recursos para cultura, que tenha recursos para outras áreas que também são vitais à sociedade paranaense.

Os senhores participaram, juntamente conosco, na exposição do primeiro quadrimestre, quando aqui estive o secretário Heron Arzua que apresentou, de forma muito clara, muito racional, que deduzida a folha de pessoal, deduzidos os serviços da dívida, deduzido o custeio, nada tem sobrado para investimento.

Então, não é possível que neste momento nós sejamos irresponsáveis e prejudiquemos toda a Lei de Diretrizes Orçamentárias, toda Lei de Orçamento que deverá vir para esta Casa, através da aprovação dessa emenda.

Se ela tem o seu mérito do conteúdo político, se ela tem o seu mérito do conteúdo social, temos que aguardar inclusive a discussão que hoje ocorre em Brasília, onde estes índices estão sendo debatidos e discutidos, porque sequer a nível de Governo federal há uma definição sobre a forma como devem ser considerados os vetores de saúde.

Nós sabemos que estas indexações orçamentárias que vêm ocorrendo, fazem com que fique muito difícil sobrar algo para ser investido, por exemplo, em estradas, que é um reclamo que esta Assembléia permanentemente traz e eu escuto os deputados fazerem, para que haja investimento em Segurança, que é um reclamo que eu escuto os deputados, nesta Casa, permanentemente fazerem a solicitação da necessidade de haver maior investimento. Para que haja maior investimento na área de transporte porque o orçamento do Estado do Paraná está totalmente comprometido da forma como já vem sendo trazido e como chega este ano para o governador Requião.

Então, não há como, neste momento, flexibilizar estes vetores da área de Saúde; é uma discussão palpitante, importante, nós entendemos a valorização que o deputado do PSB dá, neste momento, mas infelizmente não há como acatar esta emenda sob o risco de inviabilizarmos todo o trabalho do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

#### O SR. FERNANDO RIBAS CARLI

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

Eu quero, aqui neste momento, louvar a iniciativa do deputado Luciano Ducci, médico sanitário, experiente na área da Saúde, homem que conhece o Sistema de Saúde, o SUS, o Sistema Único de Saúde, como um todo, militou na área como secretário municipal, militou na área junto ao organismo nacional de saúde.

Eu queria chamar a atenção dos senhores deputados, das senhoras deputadas, para esta questão que toca profundamente todos nós. Nós, deputados estaduais municipalistas que atuamos lá, junto às bases, sabemos das aflições do nosso povo, sabemos das aflições dos prefeitos municipais que vêm, todos os dias, batendo à sua porta, cidadãos que precisam de atendimento na saúde. E o que é uma injustiça, senhores deputados, é o que vem acontecendo no nosso Estado: enquanto os municípios são obrigados a investir recursos de mais de 10% na área da Saúde, e aqui nós temos diversos ex-prefeitos que sabem que isso é verdade, eu mesmo quando tive a oportunidade de ser prefeito de Guarapuava, investia 15% no setor de Saúde.

E a maior necessidade, a maior demanda que temos nos nossos municípios é a questão da saúde. E o que temos assistido historicamente no nosso Estado, é o governo atuar na saúde, de que forma? Levando uma ambulância para entregar para o prefeito, para a comunidade, como se fosse um grande bem feito. Em contrapartida, as prefeituras têm que arcar com todo o custo, têm que se somar àqueles recursos que são repassados do

Governo Federal, através do Sistema Único de Saúde. É justo que o estado invista.

Para que os senhores tenham idéia, o maior investimento que o Estado do Paraná hoje tem em saúde é o pagamento dos salários dos funcionários da saúde que foram colocados à disposição das prefeituras. É este o investimento. Vez por outra, compra-se um pouco de medicamentos e leva-se ao município. Precisamos que esses recursos sejam investidos. Por quê? A partir do próximo ano a exigência Constitucional é de 12%. Até o ano passado foi de 10,5%.

Agora, se saúde não for importante, eu não posso imaginar o que seja. Até usando aquele chavão de um programa humorístico dizendo que: "Saúde é o que interessa; o resto não tem pressa". E é verdade. Do que adianta termos estradas pavimentadas, de que adianta termos escolas abertas, se não tivermos pessoas, gente para frequentar? O nosso povo está doente, o nosso povo está fraco, o nosso povo está deprimido. Assistimos diariamente a aflição; é só ficar na entrada de Curitiba para presenciar a entrada das ambulâncias que vêm do interior do Estado. Só irmos ao encontro da aflição dessa gente, em saber quantos prefeitos pagam pensionatos para deixar os familiares dos doentes que vêm do interior para receber o tratamento médico em Curitiba. Conheço essa aflição, vivo essa aflição do interior, vivo a aflição de todos os prefeitos que não têm os recursos suficientes.

Desculpe-me, nobre deputado, relator Marcos Isfer, quando diz que o estado nunca investiu e não está cumprindo a exigência constitucional de investir os 25%. Isto é crime. Por que é que o Tribunal de Contas não denuncia o Estado? Por quê? Pergunto aos senhores. Se os municípios não investirem 25% na Educação, eles não têm as suas contas aprovadas e imediatamente é comunicado ao Ministério Público.

Queria aqui, como ex-prefeito, como deputado e como profissional da área da saúde, pedir a todos os deputados para que nos somemos a esta emenda do deputado Luciano Ducci. É verdadeiro quando ele diz que não podemos incluir recursos que são gastos no saneamento básico. Eu mesmo sou autor de uma lei, em conjunto com o deputado Ademir Bier, que foi aprovada, foi vetada, voltou para cá, derrubamos o veto para reduzir a tarifa cobrada sobre o esgotamento sanitário de 80% para 50%. Vejam os senhores, o Estado investe esses recursos no saneamento básico, só que ele recebe novamente através desta tarifa que está sufocando nosso povo, 80% no interior do Estado, porque em Curitiba chega a 90% o percentual que é cobrado sobre o consumo de água das residências. Que investimento é esse? Coloca-se no orçamento que vai se gastar "X" com saneamento básico. Com uma mão põem e com outra mão tiram, porque todo mês todos nós pagamos a nossa conta de água o valor correspondente ao esgoto. Claro que entendo que é saneamento básico de saúde. Sabemos que se não tivermos um excelente esgotamento sanitário, como um eficiente tratamento dos resíduos, é claro que vamos ter

índices de contaminação, reincidência de diversas doenças.

Claro que é saúde, mas o Estado tem receita com isso. Ele está recebendo por um serviço que presta. Diferente de dar atendimento de saúde à população que precisa do médico, que precisa do medicamento, que precisa do exame auxiliar de diagnóstico, é disso que nós precisamos. E, nós os deputados, entendemos muito bem disso, a aflição das pessoas, deputado Nelson Garcia, deputado Valdir Rossoni que chegam muitas vezes com pedido médico que precisam fazer um eletroencefalograma, um eletrocardiograma, ou um exame radiológico qualquer que não tem o recurso. Por quê? Porque os municípios não têm mais dinheiro para pagar, tem uma cota estabelecida. Nós assistimos às filas nos postos de atendimento na área de saúde das pessoas que não conseguem uma consulta, ou que ficam três meses na fila para conseguir uma consulta com um especialista.

Nós precisamos de mais investimentos, sim, na área de saúde. Eu queria pedir aos ilustres deputados para que, juntos, possamos apoiar e votar com a emenda, aprovando esta emenda, que eu tenho certeza, tenho a convicção que será uma nova história na área de saúde do nosso Estado.

Muito obrigado, senhor presidente.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (**Para Encaminhar**)

Senhor presidente, senhores deputados, a Bancada do PT tem essa preocupação com a Saúde já há muitos anos, inclusive quase todo ano discutindo muito com o SindiSaúde, com os trabalhadores da área de saúde do Estado, e a gente sabe o desrespeito que teve o Governo Lerner com a saúde do nosso Estado do Paraná. E a gente sabe do empenho que está tendo o governador Roberto Requião para tentar melhorar a saúde do Estado do Paraná, tentar destinar um pouco mais de recursos.

Encaminhamos, a Bancada do PT encaminhou uma emenda exatamente nesse teor e entramos num acordo, com o presidente da Comissão de Orçamento, com o relator e com o nosso líder do Governo, de que nós estaríamos retirando a nossa emenda, não estaríamos reapresentando em Plenário, tendo em vista que, se aprovada neste ano, daria um impacto muito grande já para o próximo ano, no Orçamento do próximo ano. Mas entendemos que temos que lutar para que realmente ela seja implantada, e por isso vamos levar a nossa proposta que ela seja incluída no PPA para que possa, no decorrer do período, o Governo ir reajustando e realmente cumprindo com o que diz a lei, e a gente sabe, pelo menos até agora o que nós temos conversado com o governador Roberto Requião, de realmente cumprir com o que diz a lei. Temos conversado com o governador nesse sentido, e também entendemos a situação que está o Paraná hoje, para que fosse colocada já de imediato essa emenda.

Nesse entendimento, somos totalmente favoráveis e vamos continuar lutando para que se melhore a Saúde do nosso Estado do Paraná para que existam mais recur-

sos, que mais recursos sejam destinados à saúde do nosso Estado. Vamos continuar lutando por isso, mas entendemos que colocar neste momento, sem uma discussão maior no Estado, ela realmente pode trazer grande prejuízo.

Nesse sentido, vamos lutar e apresentar essa mesma emenda no PPA do Governo Estadual.

Então, só para justificar aqui que o voto da Bancada do PT vai ser contrário a essa emenda, porque apresentamos, sentamos, discutimos e entendemos que ela tem que ser colocada em prática, sim, mas numa discussão séria, com os pés no chão, esperando e cobrando do Governo que ela seja implantada nos próximos anos.

Então, vamos apresentar essa emenda, não agora na LDO, mas sim no PPA do Governo Estadual.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Encerrado o encaminhamento de votação, vamos à votação da emenda. Os deputados que aprovam a emenda, permaneçam como estão. **Rejeitada**, pelo visual da Mesa.

O SR. ELIO RUSCH (**Pela Ordem**)

Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Natálio Stica**)

Verificação de votação.

Solicito aos senhores deputados que permaneçam nas suas bancadas, para procedermos à verificação de votação.

Os deputados que aprovam a emenda queiram levantar-se. Nove deputados.

Os deputados que rejeitam, queiram levantar-se. Vinte e seis deputados. **Rejeitada a emenda.**

O SR. TADEU VENERI (**Para Justificar**)

Senhor presidente, como a Líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores já havia informado antes, a Bancada votou contra a emenda por entender que é preciso que ela vá ao PPA.

É preciso que fique registrado que esse processo já vem acontecendo há mais de 5 anos, que é um absurdo que se coloque o Hospital Militar, se coloque o IPE e se coloque, inclusive, Paranasan. Quer dizer, processos que vêm muito fora da questão saúde num processo que se pretende gastar com saúde. Acho que nós, como disciplina, temos que votar e fazemos isso. Agora, é impossível que não se registre o voto. É impossível que nós queiramos que esse processo continue. Espero que nos próximos quatro anos possamos corrigir essa distorção, até porque, deputado Nereu Moura, sempre foi bandeira, tanto do Partido dos Trabalhadores como da bancada de Oposição anterior aqui nesta Assembléia, que não incluíssemos na saúde gastos com saneamento, que não incluíssemos gastos com o Hospital Militar e nem tampouco o IPE.

Acho que não podemos! Da noite para o dia, as coisas passarem a ser como se nada houvesse acontecido!

Não se mudam as coisas para continuar como estão! Quando as pessoas votam na mudança, elas votam para transformar. E espero, sinceramente, que esta Assembléia possa dar uma resposta à população no sentido de atendê-la como ela merece e não ficar continuando aquilo que nós durante tantos anos rejeitamos!

Obrigado, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Para justificar o voto, concedo a palavra ao deputado Barbosa Neto.

**O SR. BARBOSA NETO**

Só quero que fique registrado aqui a minha postura em relação a esses problema que é seriíssimo em nosso Estado. E é interessante vermos que mudam-se as posições quando assume-se o Poder, esquece-se tudo aquilo que foi pregado, rasga-se a cartilha, convicções são colocadas no lixo em nome da governabilidade. Irresponsabilidade é empurrar com a barriga para daqui a um mês, daqui dois, daqui três meses ou anos com conseqüências seriíssimas, e um problema tão grave, que é a questão da saúde.

Quero que fique registrado, aqui. Vou mostrar sempre a minha indignação, porque como disse o deputado Carli: "Saúde é o que interessa; o resto não tem pressa". Tem gente morrendo, precisando de condição e não adianta dizer que não tem verba para isso, para aquilo, se não se respeita os 25% mínimos em relação à Educação, os 12% em relação à saúde. Esse governo, a que veio? Não é para transformar, para buscar possibilidades, para dar melhoria na condição de vida de todos nós?

Fique só registrada a minha indignação.  
Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Para justificativa de voto, concedo a palavra ao Dr. Luciano Ducci.

**O SR. DOUTOR LUCIANO**

Queria, inicialmente, agradecer aos deputados Reni, Ratinho, Rossoni, Jocelito, Miltinho Pupio, Accorsi, Barbosa Neto, Elio Rusch e ao Carli, a favor desta emenda, a favor da saúde do Paraná, a favor das pessoas que mais precisam, a favor do desenvolvimento do nosso Sistema de Saúde. Lamentar e entender até, as pessoas que votaram contra essa emenda. Lutas históricas foram deixadas para trás nessa discussão, hoje, aqui.

Mas, por outro lado, teremos outros momentos este ano ainda, para discutirmos, que vai ser no PPA, vamos estar apresentando emenda no PPA e emenda também no Orçamento, porque no Orçamento também cabe definir onde se vai gastar o dinheiro da área da Saúde. E é inadmissível, inaceitável colocar o saneamento básico na conta da saúde! Isso no governo anterior aconteceu, o governo anterior foi criticado, nós fomos contra. Todo o movimento de secretariado esteve aqui presente, os Con-

selhos Municipais de Saúde, o Conselho Estadual esteve presente e eu fiquei hoje, surpreso, na verdade, com a posição de algumas pessoas votarem contra esta emenda. Espero que nas próximas votações deste ano, reparem o erro histórico que estão cometendo hoje, nesta Casa: votando a favor no PPA e votando a favor no Orçamento a favor da saúde, a favor dos 12% da área da saúde contra o saneamento no setor saúde, como taxa, como despesa da área da Saúde e também, principalmente, a questão do IPE que vem sendo considerado despesa da área da saúde, o que não é, porque o Sistema Único de Saúde é igualitário, o Sistema Único de Saúde é universal e não é de clientela fechada. Por isso é inconstitucional, inclusive considerar despesa como o IPE, como despesa da área da Saúde.

Quero agradecer quem votou a favor e esperar que nas próximas votações da área da saúde as outras Bancadas, também votem a favor do setor.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Antes de justificar votos, passo a palavra ao deputado Neivo Beraldin, pela ordem.

**O SR. NEIVO BERARDIN**

Apenas para comunicar à Casa que no processo de votação eu não estava em plenário, e se estivesse votaria com o deputado Luciano Ducci.

**O SR. ANDRÉ VARGAS**

Queria inicialmente dizer que votei contrariamente à Emenda; pedi escusas ao meu companheiro deputado Luciano Ducci. Sou deputado disciplinado da Bancada do PT, e segui a sua orientação, mesmo entendendo que de fato os episódios deverão se suceder. Do ponto de vista de fazermos cumprir aquilo que determina a Constituição, que é a formação do bloco majoritário de sustentação ao Governo Requião e a participação do meu Partido precisa ter um debate sério, um debate político sério, que de fato, ao longo do tempo, contemple essa luta histórica que não é do PT, não é do PCB, não é do PSB, não é do PMDB e de nenhum Partido, é do Movimento de Saúde, é uma exigência da população, nenhum governante, sabemos, gosta de vinculação orçamentária, mas há que se considerar a necessidade de honrarmos o acordo feito pelo deputado Ademir Bier, deputado Marcos Isfer, juntamente com o líder do Governo, deputado Ângelo Vanhoni, ao longo dos quatro anos do PPA, chegarmos a esse índice satisfatório. De fato, não é simples fazer a readequação orçamentária em apenas um ano. Foi compreendendo isso que me submeti a essa decisão, mesmo tendo assinado essa emenda, com muito honra, do deputado Luciano Ducci.

Vale também para nós do PT, para debatermos mais exatamente esse tema nevrálgico no Estado do Paraná. Não adianta vir dizer aqui que tem prioridade de fazer hospital regional, se os recursos estiverem alocados em outras rubricas, escandalosamente considerada, inclu-

sive, no Governo passado, no ano passado, ano retrasado, todos os anos. O Governo da época, não foi sensível a nenhum movimento do secretário da Saúde. Iniciamos o debate aqui, mas que esse seja um marco para que no debate da Legislação Orçamentária do PPA e da Lei Orçamentária a gente faça um debate mais maduro, mais aberto e mais franco para contemplar essa área importante do Estado do Paraná.

#### O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)

Artigo nº 161 do Regimento Interno. “É lícito ao deputado, depois da votação, enviar à Mesa, para publicação, declaração de voto.”

#### O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Procede o seu encaminhamento e está acatado pela Mesa.

#### ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 010/2003, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, (ex-Proposição nº 027/2003), que aprova o ressarcimento das despesas dos senhores deputados - mês de maio de 2003, conforme Resolução nº 15 de 19 de junho de 1992. PARECER FAVORÁVEL DA CTC. EM ANEXO PROPOSIÇÃO Nº 027/2003. **Aprovado.**

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 010/2003

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### R E S O L V E :

Art. 1º - Fica aprovada a prestação de contas da verba de ressarcimento para atender despesas dos senhores deputados, conforme Resolução 15 de 19 de junho de 1992, artigo 14, referente ao mês de maio de 2003.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 17.06.2003.

#### (a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoioamento:

Francisco Bühner, Carlos Simões e Antonio Anibelli.

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS PROPOSIÇÃO Nº 027/2003

#### P A R E C E R :

Encaminhada a esta Comissão de Tomada de Contas a Proposição nº 027/2003, prestando contas da verba de créditos para atender ressarcimento das despesas dos senhores deputados, referente ao mês de abril de 2003, regulamentadas pela Resolução nº 15 de 19 de junho de 1992, em seu artigo 14.

Analisando o relatório do movimento para atender despesas constantes da proposição em tela, concluo que o

todo encontra-se de conformidade com a legislação em vigor, dada a exatidão das contas prestadas, deliberando pelo parecer favorável. **Aprovado.**

Isto posto, entende este relator, pela aprovação da presente proposição.

É o parecer favorável - **Aprovado.**

Sala das Comissões, em 17.06.2003.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

#### ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 005/2003, de autoria do deputado Delegado Bradock, que sugere a criação da Central de Abastecimento do Paraná - Ceasa, na região do Norte Pioneiro, com sede na cidade de Santo Antônio da Platina. COM PARECER FAVORÁVEL DA CAIC. (Publ no DA nº 022/2003, de 23/04/2003).

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 05/2003

A presente Indicação Legislativa nº 05/2003, de autoria do deputado Mário Sérgio Bradock, tem por objetivo sugerir a criação da Central de Abastecimento do Paraná - Ceasa na região do Norte Pioneiro, com sede na cidade de Santo Antonio da Platina, Estado do Paraná.

Esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, manifesta-se favoravelmente com relação ao mérito da matéria, pois trata-se de região de um pólo produtivo de hortifrutigranjeiros, aproximando distâncias, facilitando o mercado interestadual.

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.06.2003.

(aa) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Presidente

CIDA BORGHETTI - Relatora

#### O SR. VALDIR ROSSONI (Para Encaminhar)

Senhor presidente, vários parlamentares aqui já se manifestaram contrários a esta forma de encaminhamento, não sei se é de projeto de lei, o que é. Sugere a criação de uma Central.

Então, quero posicionar aqui que não sou contra esse projeto, que nem é projeto, sugere a criação da Central de Abastecimento. Acho que a isso aqui caberia um requerimento.

Quero deixar registrado aqui o meu voto contrário a todas as discussões que vierem como “sugere”, e gostaria também, senhor presidente, junto com essa questão dizer que muito se muda, nesta Casa. Ao longo dos 12 anos que permaneço nesta Casa, sempre o deputado fez uso da justificativa de voto. Sempre. Teve votações aqui senhor presidente, que nós ficamos por mais de quatro horas justificando voto. De repente eu vejo a ilustre líder do PT justificando o porquê iriam votar contra, porque iriam incluir no PPA que virá para esta Casa, mas nós somos favoráveis.

Quero dizer a quem assistir à TV Senado, a quem está assistindo nesta Casa o posicionamento, hoje, há uma outra maneira de fazer política, e dizer o seguinte: sou favorável, mas a minha bancada tomou a decisão, eu vou respeitar.

Então, quer dizer, apague tudo porque não valeu.....

Quero deixar meu voto registrado quanto a qualquer autoria desta forma de projeto, que sugere, se V. Exa. o deputado Delegado Bradock, entrar aqui com projeto autorizatório, eu votarei com V. Exa.

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Pela Ordem)**

Foi votado um requerimento de nossa autoria, com apoio dos senhores deputados. Parece-me que foram só três deputados que votaram contrariamente ao requerimento, de que pelo período de dez sessões não haveria nenhum projeto na pauta. Solicito a V. Exa, que cumpra-se aquilo que foi votado pelos senhores deputados e que retire-se de pauta qualquer “sugere”. Todo projeto que tiver o termo “sugere” seja retirado de pauta.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

V. Exa. tem razão e esta Mesa defere seu encaminhamento.

Está retirado o item 7 e o item 8.

## ITEM 08

**DISCUSSÃO ÚNICA** - da Indicação nº 050/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que sugere a criação de um programa de Habitação Rural do Estado do Paraná. **PARECER FAVORÁVEL DA CAIC. Retirado. (Publ. no DA. nº 041/2003, de 27.05.2003).**

### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 050/2003

#### P A R E C E R :

A presente Indicação Legislativa nº 050/2003, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, tem por objetivo sugerir a criação de um Programa de Habitação Rural no Estado do Paraná.

Esta Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio manifesta-se favoravelmente com relação ao mérito da matéria, pois contribuirá e auxiliará nas reformas e ampliações de moradias rurais de agricultores familiares paranaenses.

Considera-se louvável a oportunidade.

Sala das Comissões, em 11.06.2003.

(aa) **PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES** - Presidente  
**CIDA BORGHETTI** - Relatora

**A SRA. CIDA BORGHETTI (Pela Ordem)**

Gostaria de registrar, em plenário, a presença do ex-prefeito da cidade de Mandaguacu, que está aqui nos prestigiando.

É também um grande companheiro, gostaria de estar registrando, em nome da bancada do PT, a presença do ex-prefeito da nossa cidade, vizinha de Maringá.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Natalio Stica)**

Muito obrigado pela oportunidade de registrar a presença dos companheiros.

Solicito ao senhor 1º secretário “*ad hoc*” deputado Delegado Bradock, que leia esta Mensagem que chegou até à Mesa.

**1º SECRETÁRIO (Delegado Bradock)**

**Lê Mensagem nº 021/2003.**

#### “MENSAGEM Nº 021/2003

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei complementar dispondo que a carreira do magistério estadual, estruturada pelos cargos de professor e de especialista de Educação, passa a contar com cargos de vinte e quarenta horas-aula semanais. Objetiva, ainda, definir critérios para opções de detentores de dois cargos de vinte horas-aula semanais e um cargo de trinta horas-aula, para a carga efetiva de quarenta horas-aula semanais.

O plano de lei complementar em referência substancia o resultado de estudos da Secretaria de Estado da Educação, os quais me foram apresentados através do protocolo nº 5.627.551-7, do sistema integrado de documentos.

A Secretaria de Estado da Educação, através do Parecer nº 355/2003, de sua Assessoria Jurídica, demonstrando a legalidade, oportunidade e conveniência da medida, assim como o fato de estar em perfeita consonância com as reais necessidades do ensino público estadual, esclarece:

“A ampliação da carga horária de 20 para 40 horas encontra amparo na Lei Complementar nº 37/86 que regulamentou o Regime Diferenciado de Trabalho - RDT, estruturando a carreira em cargos de 20, 30 e 40 horas semanais, para aqueles que fizessem tal opção.

A referida lei não atendeu a todas as necessidades da Administração, bem como aos interesses do professorado.

A jornada de 40 horas encontra apoio por parte dos educadores que entendem que desta forma o docente compromete-se em período integral com o estabelecimento, facilitando as ações político-pedagógicas e permitindo a articulação do tempo integral para o aluno.

O desenvolvimento de projetos, o estabelecimento de metas a longo prazo é facilitado quando o corpo docente permanece por um período maior de tempo em contato com a comunidade escolar.

Para a Administração é vantajoso, pois diminui gastos com a seguridade social e previdenciária e facilita



a distribuição do pessoal habilitado em suas unidades de ensino, diminuindo a rotatividade dos servidores melhorando a qualidade do serviço prestado.

A definição de critérios para a atribuição da carga horária é prerrogativa da Administração que em respeito aos Princípios da Conveniência, Oportunidade e Legalidade oferecerá a ampliação pretendida, que será precedida de uma análise das vagas reais e orçamentárias de acordo com as necessidades da Administração, que não estará de qualquer forma compelida a oferecer a todo e qualquer servidor a oportunidade de fazer a opção.

Os professores devidamente habilitados em concurso para cargos com jornada de 20 horas poderão, mediante a existência de vagas, ampliar sua jornada para 40 horas, assegurados os direitos estatutários e previdenciários.

Deverá ser assegurada aos professores a manutenção da carga horária atual bem como a re-opção em caso de necessidades do professor. Isto posto, entende esta Assessoria Jurídica que há amparo legal para a pretendida ampliação da carga horária de 20 para 40 horas nos cargos de professor da Rede Pública de Ensino.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado”

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Dá-se como recebida, encaminha-se à Diretoria Legislativa, para os devidos fins.

Pela ordem, deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Gostaria de fazer um pedido a V. Exa. que nos encaminhasse uma cópia desse documento o mais breve possível.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Deputado Valdir Rossoni, já foi encaminhado uma cópia à Liderança do Governo e peço que seja encaminhado uma cópia à Liderança da Oposição.

Pela ordem, Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (Pela Ordem)

Gostaria também de fazer o mesmo pedido do deputado Valdir Rossoni. Gostaria de solicitar pessoalmente uma cópia dessa mensagem, até que possamos discutir com os professores da nossa região.

O SR. PRESIDENTE (Natálio Stica)

Já foi encaminhada aos Líderes do Governo e da Oposição, V. Exa. pode consultar um dos líderes.

Sobre a mesa, Requerimento nº 1258, de autoria do deputado André Vargas, constante do expediente de Sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 1270, de autoria dos deputados Ratinho Júnior, Ademar Traiano, Antonio Anibelli, Duílio Genari e demais deputados, constantes do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1274, de autoria do deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1276, de autoria do deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1277, de autoria do deputado Rafael Greca, com apoio dos deputados Augustinho Zucchi, Hermes Fonseca, Natálio Stica, Elton Carlos Welter e demais senhores deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1278, de autoria do deputado Barbosa Neto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1282 a 1287, de autoria do deputado Nelson Garcia, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1290 a 1294, de autoria do deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1295, de autoria do deputado Ailton Araújo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1296, de autoria do deputado Reni Pereira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1297 e 1298, de autoria da deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1299 e 1300, de autoria do deputado Padre Paulo Campos, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1301, de autoria do deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1303, de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1306 a 1310 e 1314, de autoria do deputado André Vargas, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1311, de autoria do deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1313, de autoria do deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1316, de autoria do deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 24, à hora regimental, com a seguinte

### ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 209 e de Resolução nº 010/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 288, 336 a 341/2003.

Marco ainda uma Sessão Solene em comemoração aos 110 Anos da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil, a realizar-se às 17h00, dia 24, terça-feira, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Anibal Khury.

Levanta-se a Sessão.

### Atas de Comissões Permanentes:

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

#### 1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de junho de 2003, reuniu-se na sala de Reunião da Comissão de Orçamento, sob a presidência do senhor deputado Ademir Bier, com as presenças dos senhores deputados Marcos Isfer, Fernando Ribas Carli, Durval Amaral, André Vargas, José Maria Ferreira e Ademar Traiano, membros da Comissão. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, passando a palavra ao deputado Marcos Isfer, relator do Projeto de Lei nº 209/2003, que dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2004, de que trata a Mensagem nº 05/2003. Abrindo o seu parecer o deputado Marcos Isfer fez um amplo relato dos trabalhos da comissão, e que foram apresentadas 35 emendas ao projeto, sendo que 10 foram acolhidas. Antes da votação de seu parecer o deputado Marcos Isfer, agradeceu aos técnicos da Comissão pelo empenho com que elaboraram os trabalhos da mesma. O presidente colocou, então em votação o Parecer do deputado Marcos Isfer ao Projeto de Lei nº 209/2003. Os membros da Comissão deram parecer FAVORÁVEL - APROVADO, na forma de Substitutivo Geral. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, a qual, para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Ana Beatriz S. do Prado, secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente  
Ana Beatriz S. do Prado - Secretária

### Atas de CPI's:

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SEDU/PARANACIDADE ATA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de abril do ano de dois mil e três, na sala de reuniões das comissões, às 16h30, foi realizada a quinta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Sedu Paranacidade. O senhor presidente, deputado José Maria Ferreira, contou com a presença dos seguintes senhores deputados: Elio Rusch, Artagão Júnior, Cida Borghetti, Luiz Fernandes da Silva Litro, Jocelito Canto e Padre Paulo Campos. O senhor presidente iniciou os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, fez um breve relato sobre a documentação recebida anteriormente, distribuiu cópias de relatórios, fez a leitura dos ofícios encaminhado aos Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Paraná - CREA e a Secretaria de Estado de Obras Públicas - SEOP, solicitando a indicação do engenheiro José Luzo de Souza Fernandes, para realizar perícias em obras a serem inspecionadas por esta CPI; ao Ministério Público do Paraná, Sra. Maria Tereza Uille Gomes, procuradora-geral da Justiça, solicitando cópia de documentos referente à composição dos representantes daquele órgão, no Conselho de Administração do Paranacidade. O senhor deputado Padre Paulo Campos, fez uso da palavra, sugerindo à Comissão, solicitação de documentos complementares, relacionados à Bases Cartográficas, anexo em Ata. APROVADO. Em seguida, o senhor deputado relator, Artagão Júnior, após análise prévia dos documentos recebidos da Sedu, propôs à Comissão uma nova complementação de documentos, sendo a mesma aprovada. E para constar, as notas taquigráficas fazem parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença de todos, reafirmando a convocação para a reunião de amanhã, dia vinte e três do corrente mês e ano, com a presença do secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano - Sedu, encerrando a presente reunião e eu, Maria Henrique da Silva de Paula, secretária da CPI, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
Maria Henrique da Silva de Paula - Secretária

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SEDU/PARANACIDADE ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e três, na sala de reuniões das comissões, às 11h00, foi realizada a sexta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Sedu/Paranacidade. O senhor presidente, deputado José Maria Ferreira, contou com a presença dos seguintes senhores deputados: Elio Rusch, Artagão

Júnior, Luiz Fernandes da Silva Litro e Padre Paulo Campos, bem como contou com a presença do senhor primeiro secretário desta Casa, deputado Nereu Moura e, justificada a ausência dos senhores deputados: Cida Borghetti e Jocelito Canto. O senhor presidente iniciou os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior. Em seguida o senhor presidente contou com a presença do senhor Renato Guimarães Adur, secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, convidado da CPI, para expor em que condições assumiu aquela pasta do Governo, deixando a palavra livre ao senhor secretário de Estado, o qual agradeceu o convite e apresentou a equipe técnica da Sedu/Paranacidade, formada pelos senhores: Reginaldo L.S. Cordeiro, Wilson Bley Lipski, Jorge Gomes Rosa Filho e Miryan Kravchychyn, e fez a exposição dos assuntos solicitados pelo convite. Para finalizar, o senhor secretário de Estado deixou a palavra livre para perguntas e esclarecimentos. E para constar, as notas taquigráficas fazem parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença de todos, reafirmando a convocação para a reunião de amanhã, dia vinte e três do corrente mês e ano, com a presença do secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano - Sedu, encerrando a presente reunião e eu, Maria Henrique da Silva de Paula, secretária da CPI, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
Maria Henrique da Silva de Paula - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
SEDU/PARANACIDADE  
ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e três dias do mês de abril do ano de dois mil e três, na sala de reuniões das comissões, às 16h30, foi realizada a sétima reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Sedu/Paranacidade. O senhor presidente, deputado José Maria Ferreira, contou com a presença dos seguintes senhores deputados: Elio Rusch, Artagão Júnior, Luiz Fernandes da Silva Litro, Jocelito Canto, Padre Paulo Campos e Cida Borghetti. O senhor presidente iniciou os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior. Em seguida o senhor presidente, fez a leitura dos ofícios recebidos e expedidos, cientificando os membros da CPI e propôs a intimação dos senhores: Rosana de Fátima Menarin, Arthur Claudino do Amaral, Antonio Camilo e Sandra Pinho Pinheiro. APROVADO. E para constar, as notas taquigráficas fazem parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença de todos, reafirmando a convocação para a próxima reunião, encerrando a presente reunião e eu, Maria Henrique da Silva de Paula, secretária da CPI, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será

assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
Maria Henrique da Silva de Paula - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
SEDU/PARANACIDADE  
ATA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de maio do ano de dois mil e três, na sala de reuniões das comissões, às 16h30, foi realizada a oitava reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Sedu/Paranacidade. O senhor presidente, deputado José Maria Ferreira, contou com a presença dos seguintes senhores deputados: Elio Rusch, Artagão Júnior, Luiz Fernandes da Silva Litro, Jocelito Canto, Padre Paulo Campos e, justificada a ausência da deputada Cida Borghetti. O senhor presidente iniciou os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior. Em seguida o senhor presidente, fez a leitura dos ofícios recebidos e expedidos, cientificando os membros da CPI que as documentações solicitadas e recebidas até a presente data estão incompletas; colocou os documentos à disposição dos membros da CPI para que todos tomassem conhecimento; propôs empenhar esforços concentrados para acelerar os trabalhos da CPI; propôs aos demais membros os nomes para serem intimados a depor na próxima semana, ficando aprovado para intimar na ordem, a senhora Sandra Pinho Pinheiro, para depor dia 13.05.2003 às 16h30, e, senhor Arthur Claudino dos Santos, para depor dia 13.05.2003 às 17h00, e a senhora Rosana de Fátima Menarin, para depor dia 14.05.2003 às 16h30. O senhor presidente designou a servidora Marisa Couto Cristo para fazer a entrega das intimações pessoalmente. APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença de todos, reafirmando a convocação para a reunião, encerrando a presente reunião e eu, Maria Henrique da Silva de Paula, secretária da CPI, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
Maria Henrique da Silva de Paula - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
SEDU/PARANACIDADE  
ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de maio do ano de dois mil e três, na sala de reuniões das comissões, às 16h30, foi realizada a nona reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Sedu/Paranacidade. O senhor presidente, deputado José Maria Ferreira, contou com a presença dos seguintes senhores deputados: Elio Rusch, Artagão Júnior, Luiz Fernandes da Silva Litro, Jocelito Canto, Padre Paulo Campos e Cida. O senhor presidente iniciou os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior e, apre-

sentou a pauta da presente reunião, referente a oitiva dos depoentes, a senhora Sandra Pinho Pinheiro, representante dos Instituto de Arquivos do Brasil/Paraná e o senhor Arthur Claudino dos Santos, presidente do Conselho do Paranacidade. os depoentes foram ouvidos pela CPI, em separado, respectivamente, também, assinaram o termo de compromisso de testemunha, onde consta a assinatura dos demais membros da Comissão, anexo a esta Ata. Em seguida, o senhor presidente propôs aos demais membros os nomes para serem intimados a depor na próxima semana, na seguinte ordem: senhor Roberto Dimas Vasconcelos Del Santoro para depor no dia vinte de maio de dois mil e três, às 16h30 e a senhora Valéria Bechara, para depor no dia vinte e um de maio de dois mil e três, às 16h30. O senhor presidente designou a servidora Marisa Couto de Cristo para fazer pessoalmente a entrega das intimações. APROVADO. E para constar, as notas taquigráficas faz parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença de todos, reafirmando a convocação para a reunião de amanhã, dia 14 de maio do corrente, com a presença da senhora Rosana de Fátima Menarin, para prestar depoimento à esta CPI, encerrando a presente reunião e eu, Maria Henrique da Silva de Paula, secretária da CPI, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
Maria Henrique da Silva de Paula - Secretária

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SEDU/PARANACIDADE ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de maio do ano de dois mil e três, na sala de reuniões das comissões, às 16h30, foi realizada a décima reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Sedu/Paranacidade. O senhor presidente, deputado José Maria Ferreira, contou com a presença dos seguintes senhores deputados: Elio Rusch, Artagão Júnior, Luiz Fernandes da Silva Litro, Jocelito Canto, Padre Paulo Campos e Cida Borghetti. O senhor presidente iniciou os trabalhos, dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, deu aberta a presente reunião, apresentando a pauta a seguir, referente a oitiva da depoente, a senhora Rosana de Fátima Menarin, presidente da Comissão de Licitação do Paranacidade. A depoente assinou o termo de compromisso de testemunha, onde consta a assinatura dos demais membros da Comissão, anexo a esta Ata. Em seguida, o senhor presidente, deputado José Maria Ferreira, convocou o vice-presidente da Comissão, senhor deputado Elio Rusch para presidir a reunião em seu lugar, ausentando-se por motivos parlamentares fora do Estado. Na sequência, o senhor presidente, deputado Elio Rusch, propôs aos demais membros os nomes para serem intimados a depor em data a ser marcada, senhora Virginia Thereza Nalini, Coordenadora de Projetos do

Paranacidade, senhor Haroldo de Oliveira Guimarães, Analisa de Desenvolvimento Municipal do Paranacidade e a Empresa Three Tools de propriedade do senhor Carlos Eduardo Nascimento. E para constar, as notas taquigráficas faz parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença de todos, encerrando a presente reunião e eu, Maria Henrique da Silva de Paula, secretária da CPI, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
ELIO RUSCH - Vice-Presidente  
Maria Henrique da Silva de Paula - Secretária

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SEDU / PARANACIDADE ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de maio do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissões, às 16h30, foi realizada a décima primeira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Sedu/Paranacidade. O senhor presidente, deputado José Maria Ferreira, contou com a presença dos seguintes senhores deputados: Elio Rusch, Artagão Júnior, Luiz Fernandes da Silva Litro, Jocelito Canto, Padre Paulo Campos e Cida Borghetti. O senhor presidente iniciou os trabalhos, colocando em votação a Ata da reunião anterior, sendo a mesma aprovada por unanimidade; apresentou a pauta da reunião a seguir, referente a oitiva do depoente, senhor Roberto Dimas Vasconcelos Del Santoro, ex-superintendente do Paranacidade. O depoente assinou o termo de compromisso de testemunha, onde consta a assinatura dos demais membros da Comissão, anexo a esta Ata. Em seguida o senhor presidente passou a palavra ao senhor relator para que esse desse início aos questionamentos ao depoente. E para constar, as notas taquigráficas fazem parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença de todos, encerrando a presente reunião e eu, Maria Henrique da Silva de Paula, secretária da CPI, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
Maria Henrique da Silva de Paula - Secretária

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SEDU / PARANACIDADE ATA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissões, às 16h30, foi realizada a décima segunda reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Sedu/Paranacidade. O senhor presidente, deputado José Maria Ferreira, contou com a presença dos seguintes senhores deputados: Elio Rusch,

Artagão Júnior, Cida Borghetti e o deputado Francisco Bühner, suplente do deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, bem como, contou com a presença do senhor deputado Pedro Ivo Ilkiv. O senhor presidente iniciou ou trabalhos, colocando em votação a Ata da reunião anterior, sendo a mesma aprovada por unanimidade; apresentou a pauta da reunião a seguir, referente a oitiva da depoente, senhora Valéria Figueiredo Bechara Elias, arquiteta. A depoente assinou o termo de compromisso de testemunha, onde consta a assinatura dos demais membros da Comissão, anexo a esta Ata. Em seguida o senhor presidente passou a palavra ao senhor relator para que esse desse início aos questionamentos à depoente. E para constar, as notas taquigráficas fazem parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença de todos, encerrando a presente reunião e eu, Maria Henrique da Silva de Paula, secretária da CPI, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
Maria Henrique da Silva de Paula - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
SEDU / PARANACIDADE  
ATA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias e sete dias do mês de maio do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissões, às 09h30, foi realizada a décima terceira reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Sedu/Paranacidade. O senhor presidente, deputado José Maria Ferreira, contou com a presença dos seguintes senhores deputados: Artagão Júnior, Luiz Fernandes da Silva Litro, Padre Paulo Campos e Cida Borghetti. Os senhores deputados Padre Paulo Campos e Cida Borghetti, solicitaram justificativa ao presidente da Comissão, pela ausência antecipada por motivos de compromissos assumidos anteriormente no mesmo horário, sendo aprovado e justificada a ausência dos senhores deputados: Elio Rusch e Jocelito Canto. O senhor presidente iniciou ou trabalhos, colocando em votação a Ata da reunião anterior, sendo a mesma aprovada por unanimidade; apresentou a pauta da reunião, apresentando aos membros da CPI os documentos solicitados e recebidos de diversos órgãos do Estado. Em seguida o senhor presidente sugeriu aos membros da Comissão, juntamente com a equipe técnica, para fazer uma visita *in loco* ao Parque da Ciência; propôs aos demais membros da CPI os nomes para serem intimados a depor na próxima semana, ficando aprovado para intimar na ordem, o senhor Carlos Roberto Caetano, para depor dia 03/06/2003, às 16h30, a senhora Maria Inês Terbeck, para depor dia 03/06/2003, às 17h30, o senhor Elder de Oliveira Guimarães, para depor dia 04/06/2003, às 16h30 e o senhor Fernando Luiz Popp, para depor dia 04/06/2003, às 17h30, propôs intimações posteriores dos senhores: Vilmar Procham, Alexandre Beltrão e Eduardo

Guidi; designou a servidora Marisa Couto de Cristo, para fazer a entrega das intimações pessoalmente. Aprovados. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença de todos, encerrando a presente reunião e eu, Maria Henrique da Silva de Paula, secretária da CPI, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
Maria Henrique da Silva de Paula - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
SEDU / PARANACIDADE  
ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissões, às 16h30, foi realizada a décima quarta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Sedu/Paranacidade. O senhor presidente, deputado José Maria Ferreira, contou com a presença dos seguintes senhores deputados: Elio Rusch, Artagão Júnior, Cida Borghetti, Luiz Fernandes da Silva Litro, Padre Paulo Campos e Jocelito Canto. O senhor presidente iniciou ou trabalhos, colocando em votação a Ata da reunião anterior, a qual o senhor deputado Jocelito Canto solicitou dispensa da leitura, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida apresentou a pauta da reunião a seguir, referente a oitiva dos depoentes, o senhor Carlos Roberto Caetano, ex-assistente financeiro da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano - Sedu e a senhora Maria Inês Terbeck, analista de Desenvolvimento Municipal do Paranacidade. Os depoentes foram ouvidos pela CPI, em separado, respectivamente, também assinaram o Termo de Compromisso de Testemunha, onde consta a assinatura dos demais membros da Comissão, anexo a esta Ata. E para constar, as notas taquigráficas fazem parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença de todos, encerrando a presente reunião e eu, Maria Henrique da Silva de Paula, secretária da CPI, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
Maria Henrique da Silva de Paula - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
SEDU / PARANACIDADE  
ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de junho do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissões, às 16h30, foi realizada a décima quinta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Sedu/Paranacidade. O senhor presidente, deputado José Maria Ferreira, contou com a presença dos seguintes senhores deputados: Elio Rusch, Artagão Júnior, Cida Borghetti, Jocelito Canto e dos

deputados Francisco Bühner, suplente do deputado Luiz Fernandes da Silva Litro e Elton Carlos Welter, suplente do Padre Paulo Campos, respectivamente. O senhor presidente iniciou os trabalhos, colocando em votação a Ata da reunião anterior, a qual o senhor deputado Elio Rusch solicitou dispensa da leitura, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida apresentou a pauta da reunião a seguir, referente a oitiva dos depoentes, o senhor Helder de Oliveira Guimarães, analista de Desenvolvimento Municipal do Paranacidade e o senhor Fernando Luiz Popp, arquiteto do IPPUC. Os depoentes foram ouvidos pela CPI, em separado, respectivamente, também, assinaram o Termo de Compromisso de Testemunha, onde consta a assinatura dos demais membros da Comissão, anexo a esta Ata. E para constar, as notas taquigráficas fazem parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença de todos, encerrando a presente reunião e eu, Maria Henrique da Silva de Paula, secretária da CPI, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
Maria Henrique da Silva de Paula - Secretária

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SEDU / PARANACIDADE ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de junho do ano de dois mil e três, na sala da CPI, às 16h30, foi realizada a décima sexta reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Sedu/Paranacidade. O senhor presidente, deputado José Maria Ferreira, contou com a presença dos seguintes senhores deputados: Artagão Júnior, Elio Rusch, Padre Paulo Campos e Francisco Bühner, suplente do deputado Luiz Fernandes Litro. O senhor presidente iniciou os trabalhos, deliberando sobre documentações recebidas e expedidas na Comissão. Em seguida o senhor presidente sugeriu aos membros da Comissão, para que a equipe técnica, mediante cronograma apresentado, faça uma visita *in loco* aos municípios que celebraram convênios com o Paranacidade; solicitou também que fosse distribuído aos senhores deputados uma cópia do relatório/controlado das correspondências expedidas e recebidas pela comissão; propôs aos demais membros da CPI os nomes para serem intimados a depor na próxima semana, na ordem: senhor Antonio Camilo, para depor dia 17/06/2003 às 16h30; senhor Eduardo Felipe Guidi, para depor dia 17/06/2003 às 17h30; senhor Carlos Eduardo Nascimento, para depor no dia 17/06/2003 às 18h30; senhor Wilmar Prochmann, para depor dia 18/06/2003 às 16h30 e a senhora Virgínia Thereza Nalini, para depor dia 18/06/2003 às 17h30. Aprovado. O senhor presidente indicou as posteriores intimações, sendo: Jerônimo Paulo da Cunha de Meira, os represen-

tantes legais da empresa Base 7 - Projetos Culturais Ltda. e os representantes legais das empresas vencedoras dos processos licitatórios da Base Cartográfica; designou a servidora Marisa Couto de Cristo, para fazer a entrega das intimações pessoalmente. Aprovado. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença de todos, encerrando a presente reunião e eu, Maria Henrique da Silva de Paula, secretária da CPI, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
Maria Henrique da Silva de Paula - Secretária

#### COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SEDU / PARANACIDADE ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e três, na sala de reuniões da Comissão, às 16h30, foi realizada a décima sétima reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Sedu/Paranacidade. O senhor presidente, deputado José Maria Ferreira, contou com a presença dos seguintes senhores deputados: Elio Rusch, Artagão Júnior, Cida Borghetti, Padre Paulo Campos e Jocelito Canto. O senhor presidente iniciou os trabalhos, colocando em votação a Ata da reunião anterior, a qual o senhor deputado Padre Paulo Campos solicitou dispensa da leitura, sendo aprovada por unanimidade. Em seguida comunicou aos membros da Comissão, o recebimento dos documentos solicitados anteriormente, colocando-os à disposição dos mesmos; propôs aos demais membros da CPI o nome do senhor Alexandre Fontana Beltrão, ex-secretário especial para Assuntos Estratégicos, para ser intimado a depor no dia 25/06/2003 às 16h30. Aprovado. Dando continuidade aos trabalhos apresentou a pauta referente a oitiva dos depoentes: senhor Antonio Camilo, membro nato do Conselho de Administração do Paranacidade; senhor Eduardo Felipe Guidi, sócio-gerente da empresa Guidi Engenharia Ltda. e o senhor Carlos Eduardo Nascimento, sócio-gerente da empresa Tree Tools Informática Ltda. Os depoentes foram ouvidos pela CPI, em separado, respectivamente, também, assinaram o Termo de Compromisso de Testemunha, onde consta a assinatura dos demais membros da Comissão, anexo a esta Ata. E para constar, as notas taquigráficas fazem parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente agradeceu a presença de todos, encerrando a presente reunião e eu, Maria Henrique da Silva de Paula, secretária da CPI, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo senhor presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) JOSÉ MARIA FERREIRA - Presidente  
Maria Henrique da Silva de Paula - Secretária

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO  
DO BANESTADO  
ATA DA 19ª REUNIÃO

Aos vinte e três dias do mês de junho do ano de dois mil e três, no auditório Luiz Gabriel Guimarães Sampaio (Ple-narinho), sob a Presidência do senhor deputado Neivo Beraldin, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito do Banco do Estado do Paraná - Banestado, que contou com a presença dos seguintes senhores deputados mem-bros: Mário Sérgio Bradock, Luciana Rafagnin, Ailton Araújo, Waldir Leite e Ademir Bier. Compuseram também a Mesa os delegados da Polícia Federal, José Francisco de Castilho Neto e Renato Barbosa, bem como o promotor de Justiça do Estado, Carlos Alberto Hohmann Choinski. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os traba-lhos, submetendo a votação a Ata da reunião anterior. APROVADA. A seguir foi realizada a acareação entre os funcionários do Banestado, Valdir Antonio Perin, Sonia Regina de Souza, Luiz Alberto Zeni, Mauro Jorge Silva

Lara, Ademir Francisco Cava-lieri, Dêlcio Sossela de Siqueira e Rose Maria Lapinski. O deputado Neivo Beral-din submeteu à deliberação da Comissão a participação dos senhores delegados José Francisco de Castilho Neto, Renato Barbosa e do promotor de Justiça, Carlos Alberto Hohamann no interrogatório dos depoentes, constam das notas taquigráficas que passam a integrar a presente Ata. Em seguida o senhor presidente comunicou ao senhor Val-dir Antonio Perin que ele poderia se considerar intimado a comparecer à próxima reunião que irá realizar-se no pró-ximo dia 24 de junho, do corrente ano, às 10h00, em local a ser designado, com a presença do Ministério Público Federal, Estadual e da Polícia Federal. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a pre-sente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo pre-sidente, demais deputados presentes e pelo secretário da Comissão.

(aa) NEIVO BERARDIN - Presidente  
Alan Marcos de Andrade - Secretário